

O surto de *Legionella* de 2014 no Telejornal da RTP

Ana Raquel Monteiro Leitão

**Relatório de Estágio de Mestrado em
Ciências da Comunicação**

Março, 2015

O surto de *Legionella* de 2014 no Telejornal da RTP

Ana Raquel Monteiro Leitão

**Relatório de Estágio de Mestrado em
Ciências da Comunicação**

Março, 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, realizado sob a orientação científica do Professor António Granado.

DECLARAÇÕES

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de março de 2015

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 30 de março de 2015

“O que é o jornalismo? É estar lá, no sítio onde bate o coração do mundo.”

Françoise Giroud

AGRADECIMENTOS

“Para nós, jornalistas que trabalhamos com pessoas, que procuramos compreender as suas histórias, que temos de investigar e pesquisar, a experiência pessoal é obviamente fundamental” (Kapuscinski, 2002:30).

Entendo, pelas palavras de Ryszard Kapuscinski, que somos feitos das pessoas que conhecemos e dos locais que compreendemos. É esta a altura e é este o espaço para reconhecer o apoio e consideração daqueles que nos acompanham, e valorizar o seu contributo no nosso crescimento pessoal, profissional e académico. Porque, como jornalistas, temos de estar dispostos a abrimo-nos ao mundo.

Por isso, quero agradecer aos meus pais. Pelo esforço. Pelo incentivo. Pela aposta e pelo investimento no conhecimento. Ao meu irmão, por sempre nos acompanharmos de perto em tudo.

Dedico também estas linhas aos meus avós que me deram um dos maiores ensinamentos que se pode receber: que o sonho de um mundo melhor tem de começar sempre em nós. À minha família, uma família de boa gente, como eu gosto.

Aos meus professores. A todos eles que me acompanharam desde o primeiro dia de escola até ao último (que ainda está para vir, porque a aprendizagem é infinita e não se faz só de lugares), o meu muito obrigada.

À Luísa Bastos e a todos os jornalistas e repórteres da redação do *Telejornal* da RTP, por me mostrarem o lufa-lufa da atividade jornalística, e por, num ambiente sempre aberto de discussão, me permitirem aprender fazendo. Foi graças às indicações de todos eles que aprendi.

Às companheiras de estágio, Rita Magalhães Ramos e Mariana Gonçalves. Sem vocês não teria sido, definitivamente, a mesma coisa.

E por último, mas não menos importante, porque no fim também está a virtude, agradeço ao Professor António Granado. Obrigada pela orientação, pelos conselhos e pelos ensinamentos. Obrigada por me ter ajudado a publicar a minha

primeira reportagem e pelo conselho que segui à risca: “um bom estágio pode ser o início de uma carreira”. Espero que seja! Bem-haja!

O surto de *Legionella* de 2014 no *Telejornal* da RTP

Ana Raquel Monteiro Leitão

Resumo

Intitulado “O surto de *Legionella* de 2014 no *Telejornal* da RTP”, este Relatório analisa a emergência e ascensão de um tema de risco na agenda jornalística de um meio de comunicação, bem como o seu declínio e desaparecimento. Questionam-se os fatores que asseguraram o estatuto de matéria noticiável e todo o processo de construção social nas notícias. Através da análise de conteúdo das peças jornalísticas transmitidas no *Telejornal* e de uma breve revisão de literatura sobre o tema, concluímos que a comunicação exerce um papel fundamental na construção social de um risco. A cobertura do surto de *Legionella* desenvolveu-se ao ritmo com que se revelaram as suas consequências, da propaganda que foi feita, do interesse que despertou nas redações e do reflexo cultural que gerou na audiência. Tanto mais se verifica pelas circunstâncias inerentes a esta crise com a sua amplificação ou atenuação social nas notícias, tendo em conta a agenda jornalística e a saturação de um evento mediático. O interesse jornalístico pela estória foi estimulado pelo comportamento do principal departamento envolvido na crise – o Ministério da Saúde – e pela Direção-Geral de Saúde, e na origem do declínio da atenção estiveram eventos sociopolíticos - o aparecimento de um novo caso mediático.

Palavras-Chave: Comunicação de risco; *Media*; Amplificação e atenuação do risco; Surto de *Legionella* 2014; *Telejornal* RTP; Análise dos *media*.

Abstract

The report entitled “The *Legionella* outbreak of 2014 on RTP *Telejornal* newscast”, analyses the emergency and rise of a risk subject of the journalistic agenda of media, as well as its decline and disappearing. The factors that ensure the status of newsworthy material, and all the process of social construction on news, are questioned. Through the analysis of the content of the news stories broadcasted at *Telejornal*, and through a brief review on this subject’s literature, we’ve concluded that communication has a fundamental role on the social construction of risk. The coverage on the *Legionella* outbreak has evolved with the same rhythm of its consequences, of the propaganda, of the interest that has raised on the newspapers’ offices, and of the cultural reflex that has caused on the audience. Moreover it appears by the circumstances of this crisis, with its social amplification or extenuation on the news, taking the journalistic agenda and the saturation of a media event into account. The media interest in the story was stimulated by the behavior of the main department involved on the crisis – the Health Ministry –, and by “Direção-Geral de Saúde”; and on the root of the decline of the attention were sociopolitical events – the rise of a new media case.

Keywords: Risk communication; *Media*; Amplification and extenuation of risk; 2014’s *Legionella* outbreak; RTP *Telejornal* newscast; media analysis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	3
O sítio onde se aprende a andar	3
Capítulo 1 – RTP1	3
1. <i>Um estagiário curricular na redação da RTP</i>	3
2. <i>Contextualização histórica da RTP</i>	4
3. <i>Serviço-público</i>	6
4. <i>Telejornal</i>	8
PARTE II	11
As notícias e o risco	11
Capítulo 2 – Limitando o conceito	11
1. <i>Risco nas notícias</i>	11
2. <i>Ampliação e diminuição social do risco nas notícias</i>	13
3. <i>Ciclos de atenção</i>	15
PARTE III	17
Estudo de caso: o surto de <i>Legionella</i> de 2014 no Telejornal da RTP	17
Capítulo 3 – Desenho da Investigação e Metodologia	17
1. <i>Delimitação e objetivos do estudo empírico</i>	17
2. <i>Medir resultados: análise de conteúdo</i>	20
3. <i>Análise de conteúdo com SPSS</i>	22
Capítulo 4 – Análise e discussão dos resultados	23
1. <i>Noticiar um surto em televisão</i>	26
2. <i>Ascensão e queda de notícias de Legionella</i>	27
3. <i>Declínio na atenção dos media</i>	29
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	47
ANEXOS	50
ANEXO I	51
ANEXO II	65

INTRODUÇÃO

“Tudo começou com um alerta às 9h do dia 7 de novembro”, afirmou o Diretor-Geral de Saúde Francisco George, numa declaração aos meios de comunicação social. Era *Legionella*.

Foi assim que a estória começou, em forma de relato, porque “os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’ – nem mais nem menos” (Tuchman *apud* Traquina, 1999:258). E, por isso, o jornalista é fundamentalmente um “contador de estórias da sociedade contemporânea”. “Estórias da vida, estórias das estrelas, estórias de triunfo e de tragédia” (Traquina, 2002:10), estórias sobre figuras públicas, estórias sobre anónimos. E é isso que a maior parte dos leitores procura, ainda que inconscientemente: estórias.

Neste sentido, “o jornalismo pode ser explicado como sendo a resposta à pergunta que muita gente faz todos os dias – o que aconteceu/está a acontecer no mundo?, em Timor?, no meu país?, na minha ‘terra’?” (Traquina 2002:10). É, talvez, essa a maior ambição do jornalismo: responder às questões dos seus leitores, colocando-se no lugar do seu interlocutor, colmatando a “fome de conhecimento humano” (Stephens *apud* Kovach, 2001:6) e indo, se preciso for, ao fim da rua ou até ao cabo do mundo (Meneses, 2003:5).

Mas comunicar não é só transmitir uma mensagem. Comunicar significa influenciar, tentar convencer. A força da comunicação foi marcada pela atuação dos *media*, na medida em que são eles, muitas vezes, os portadores da realidade. E a forma como contam essa realidade influencia a maneira como os indivíduos veem o mundo, delimitando os horizontes daqueles que absorvem as informações transmitidas pelos meios de comunicação social.

A construção da realidade é, portanto, relacionada com as representações mediáticas, sendo que o poder dos *media* está cada vez mais a ganhar terreno junto da audiência. Podemos, então, concluir que estes têm o papel de favorecer, esclarecer e

pôr abaixo ideias, ou seja, são os meios de comunicação social que escolhem os conteúdos mediáticos.

Não esquecendo a ‘estória’ que começamos por citar, este projeto dirige um olhar aos processos de construção do risco nas sociedades contemporâneas. Assumindo a experiência de estágio na RTP, nomeadamente através do contacto com conteúdos elaborados para o *Telejornal* e com o acompanhamento no local da cobertura do surto de *Legionella*, o presente Relatório pretende estudar a amplificação e atenuação do risco nas notícias.

Desta forma, ao longo do projeto que apresentamos nas páginas seguintes, asseguramos a discussão dos mecanismos que afetam o agendamento do tema de risco, tentando compreender como o risco molda a sociedade e como é integrado no quotidiano. Para tal, tentaremos decodificar quais os agentes que interpretam os acontecimentos na agenda mediática e de que forma o alerta expresso no *Telejornal* contribui para que determinado acontecimento permaneça nas notícias.

Dividimos, portanto, esta explanação em diferentes capítulos. Começamos com a descrição da instituição onde decorreu o estágio, o contexto histórico e as atividades desempenhadas.

Num segundo momento, procuramos encetar uma reflexão sobre os trabalhos produzidos sobre comunicação de risco através das notícias nas sociedades contemporâneas.

Por fim, nos capítulos seguintes, abandonamos a análise de literatura e passamos para uma análise de caso – surto de *Legionella* no *Telejornal* – onde concluímos que a notícia é um “autêntico sintoma social” (Fontcuberta, 2010:12), dependente das fronteiras geográficas, do contexto social, do relacionamento com as fontes e com os leitores e da interação entre os profissionais do jornalismo.

Antes de avançarmos, partimos para este projeto com um pressuposto que importa referir: “um indivíduo desinformado é incapaz de tomar decisões adequadas nas várias esferas da sua vida”, por isso mesmo a “informação é uma condição básica para uma sociedade livre” (Fontcuberta, 2010:113).

PARTE I

O sítio onde se aprende a andar

Capítulo 1 – RTP1

1. Um estagiário curricular na redação da RTP

Um estágio vale pelo que é: um turbilhão de experiências, uma dicotomia entre erros e vitórias. É o período de transição entre a faculdade e a redação, e é no estágio que acontece a fusão entre a teoria e prática, sendo a prova final às capacidades e ao desejo de ser jornalista. A opção de fazer estágio parece-nos a escolha mais acertada quando o objetivo é obter respostas e conhecer os cantos à profissão e vivê-la de forma intensa.

Um estagiário chega à redação com o jornalismo que aprendeu na faculdade, nas folhas dos jornais, nas televisões, na rádio e nos livros que leu. É este o mundo do jornalismo que qualquer aspirante a jornalista traz às costas, e é com um reinventado que de lá sai. Reinventado não quer dizer esclarecido, porque entretanto novas dúvidas e interrogações vão surgindo quando se tem a oportunidade de viver a (quase) verdadeira condição de jornalista. “Quase” porque um estagiário curricular não pode fazer o trabalho completo de um jornalista, falta a última parte: publicar. Há uma lei que impede estagiários de assinar peças para que as pessoas não trabalhem de graça. A comissão responsável pela acreditação dos jornalistas – Comissão da Carteira Profissional de Jornalista - não permite que os trabalhos dos estagiários curriculares sejam publicados. No caso dos estágios remunerados, é emitido um título provisório de estagiário que permite ao recém-chegado à profissão exercer atos jornalísticos na sua totalidade.

Ao longo do período acordado para o estágio, neste caso três meses, o estagiário desempenha algumas tarefas do dia-a-dia de um jornalista, tais como: acompanhar todo o trabalho de pesquisa e tratamento de informação para a realização de trabalhos jornalísticos, o trabalho de edição de peças e da realização de diretos e a edição autónoma de reportagens de televisão (para treino), desenvolvendo, assim, conhecimentos na área do jornalismo televisivo, através da observação direta

dos processos ao acompanhar o trabalho executado pelos profissionais. Já na redação, o estagiário também estrutura a sua peça.

Finda toda esta “maratona” noticiosa, e sob o olhar atento do jornalista-orientador, a peça é lida e corrigida. De destacar o proveitoso que é contactar com diferentes formas de olhar sobre o jornalismo, num ambiente sempre aberto à discussão, onde há lugar para perguntar, propor e errar. O ângulo de abordagem da peça era sempre o resultado de uma conversa com um dos editores, sempre com o pensamento de que o mundo fornece o material, o jornalista transforma-o e lança-o de novo para o espaço público.

Um dos pontos mais vantajosos do estágio na RTP é o facto de o “aprendiz de jornalista” não ficar restringido a uma só editoria, permitindo assim contactar e refletir sobre diferentes temas. Escrever sobre várias temáticas implica que o jornalista pesquise e procure referências que o ajudem a descodificar as realidades que tem de relatar.

Numa sala de redação, o estagiário adquire comportamentos e normas subjacentes à profissão, aplica conhecimentos adquiridos durante o curso e percebe como os outros jornalistas sentem o jornalismo. Numa sala de redação da RTP aprende-se fazendo naquele que é um laboratório de formação contínua de novas competências e de um tomar de consciência do tipo de jornalistas que se quer ser, pelo trabalho que lhe é dado para as mãos.

2. Contextualização histórica da RTP

Foi na década de 50 que Portugal começou a traçar o caminho que levaria à concretização de uma televisão para os portugueses. A 18 de outubro de 1955, através do Decreto-Lei n.º 40 341, o Governo resolveu criar uma sociedade anónima para a prestação de um serviço-público de televisão. O projeto teve dois meses de gestação e a 15 de dezembro deu-se finalmente o tão aguardado parto: foi constituída a *RTP – Rádio e Televisão Portuguesa, SARL*, cujo capital social era repartido entre o Estado, emissoras de radiodifusão privadas e pessoas particulares (Teves, 2007). Nascia assim a televisão em Portugal.

Os portugueses só viriam a experimentar a nova tecnologia no ano seguinte, altura em que as primeiras imagens brotaram de um pequeno emissor ligado a uma antena num edifício pré-fabricado. Segundo Teves (2007), com o andamento do projeto e a vontade de concretização, a RTP instalou a sua sede em dependência da Emissora Nacional, onde se manteve o tempo necessário até ter acomodação própria, mais tarde na cave de um antigo palacete.

As emissões regulares chegaram, finalmente, em março de 1957, mas apenas 60% da população tinha acesso, dado que, numa primeira fase, a cobertura somente servia as três áreas mais populacionais do país: Lisboa, Porto e Coimbra. O território nacional passou a ter acesso à transmissão nos meados dos anos 60.

No ano de 1957, a RTP transmitia mensalmente 71 horas de programas filmados (3 filmes no período da tarde e 7 no da noite) e 22 horas de mira técnica. A história da RTP ficaria marcada pela mudança para um estúdio no Lumiar, onde foi possível um recomeço consciencializado dos trabalhos. Em 1968 nasce a RTP2 e na década de 70 aparecem os canais dos arquipélagos: RTP Madeira (1972) e RTP Açores (1975).

Após o 25 de Abril de 1974, a RTP é nacionalizada passando a ser a empresa pública *Radiotelevisão Portuguesa, EP*. O avançar das tecnologias fez chegar as emissões a cores nos anos 80. Mais tarde, e quase no início da década de 90, o Governo autorizou o licenciamento da atividade televisiva a entidades privadas: SIC – Sociedade Independente de Comunicação (1992) e TVI – Televisão Independente (1993). As televisões por cabo renovaram o panorama televisivo português em 1994. Ainda na década de 90, apareceram as emissões internacionais pela RTP Internacional e RTP África.

O título de Serviço Público de Televisão foi aprovado em 2003, aquando da transformação da empresa numa sociedade de participações sociais – *Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A.* (Teves, 2007).

Atualmente, a RTP tem sede em Lisboa e dispõe de treze delegações no país e por todo o mundo.

3. Serviço-público

Como já foi referido, a constituição jurídica da RTP conheceu três combinações ao longo dos anos. O primeiro período foi marcado pelo papel dominador de uma ditadura paternalista. Atentemos nas palavras do presidente do Conselho de Ministros da ditadura, Marcello Caetano, durante a primeira Assembleia-geral da RTP: a televisão “é um instrumento de ação, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O Governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de televisão moral e cultural do povo português” (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010:61 *apud* Teves, 1998:29).

No segundo período, aquando das emissões da RTP, o então presidente da Assembleia-geral afirmava que se tratava “da televisão portuguesa, isto é, para Portugal e digna de Portugal – digna da nossa história, do nosso patriotismo, das nossas tradições e das nossas crenças, instrumento e alavanca da elevação cultural, artística e espiritual da boa gente lusitana” (*idem apud* Teves, 1998:41).

Logo após a nacionalização da televisão, a RTP passou a ser uma empresa pública, mantendo a mesma missão: serviço público de televisão. Mais recentemente, o enquadramento jurídico da RTP relativamente à prestação de serviço público teve maior destaque com a aprovação no Parlamento da nova “Lei da Televisão” em 2003. (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010:62)

Assim, os princípios clássicos da prestação de um serviço público de televisão são “formar, informar e divertir, no respeito por elevados e rigorosos padrões de qualidade” (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010:62 *apud* Lopes, 1999). Segundo o contrato de serviço público de televisão de 1999, a televisão deve ser “garante do pluralismo, do rigor e da imparcialidade da informação e do respeito pela diversidade das fontes”, sendo que a informação tem de ser “imparcial, rigorosa, independente, esclarecedora e pluralista, em oposição à informação-espetáculo ou sensacionalista”, devendo procurar o “rigor na seleção de notícias e imagens”.

No documento da nova lei aprovada em 2003, refere-se que “a informação desempenha na sociedade contemporânea um papel vital na integração dos indivíduos, na sua coesão, no fornecimento de ferramentas que ajudem o espetador a

ultrapassar injustiças e preconceitos, na melhoria do conhecimento e na abertura de vias para o conhecimento” (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010:63).

No que diz respeito à informação, faz parte do mesmo documento um conjunto de objetivos, sendo o principal garantir “noticiários sóbrios, com ampla cobertura de temas, sem quaisquer cedências ao sensacionalismo e ainda a um agendamento artificial da atualidade informativa”, mostrado “a horas certas, com uma duração adequada”, devendo ainda “os serviços informativos ter especial cuidado na utilização – oral e escrita – da língua portuguesa” e “incluir linguagem gestual” (*idem*). Para finalizar, a lei estabelece no artigo 46.º do capítulo IV, os princípios da “universalidade e da coesão nacional, da excelência da programação e do rigor, objetividade e independência da informação”, num acesso igual de “todos os telespectadores à informação”.

O serviço público a prestar pela RTP mantém, ainda que seja um tema aberto à discussão, uma concordância com os princípios clássicos associados ao ideal desse serviço: qualidade, universalidade, pluralismo na produção de programas educativos, de informação e de entretenimento que contribuam para a formação do público em geral.

Para finalizar esta secção, apresentamos as tarefas que, no entender de Giuseppe Richeri (1994:59-60 *apud* Lopes, 1999:7), pertencem ao setor público de televisão:

Responder à diversidade das exigências do público, oferecendo programas de qualidade e alternativas à programação estereotipada das estações privadas; promover a inovação dos programas; criar novos canais para a interação com o público; apresentar as especificidades culturais, sociais e regionais espalhadas pelo país; prestar uma informação equilibrada, plural e autónoma sobre os principais temas políticos, sociais e culturais com interesse público.
(Lopes, 1999:7)

4. *Telejornal*

O *Telejornal* possui uma identidade que está relacionada com a própria evolução da RTP, “é um produto de escolhas presentes” (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010:54). Falar no *Telejornal* implica compreender o papel da televisão na sociedade e a influência desta na televisão.

Relativamente à evolução histórica deste conteúdo informativo podemos destacar quatro momentos-chave que balizam as mudanças estruturais da estratégia do enunciado, logo dos modelos e formas do jornal televisivo, até aos dias de hoje (*idem*: 56-57).

O primeiro marco histórico compreende a “pré-história”, por assim dizer, do *Telejornal* e do telejornalismo em Portugal e corresponde a uma fase experimental com a cobertura de cerimónias. Procurava-se uma identidade quer para as linguagens de rádio, quer para as do cinema. Esta fase abarca ainda o nascimento do *Telejornal* em 1959, enquanto espaço de informação da RTP. Este momento, cronologicamente, situa-se entre 1959 e 1975. A descoberta do “direto” marca indubitavelmente este período, assim como as transmissões de grandes eventos desportivos, religiosos e políticos, a par da também grande cobertura de importantes acontecimentos de atualidade: a guerra em África, a chegada do Homem à Lua e a morte de Oliveira Salazar. É importante referir também que a informação surge no espaço televisivo como porta-voz da nação, cumprindo aquilo que o Estado encarava como sendo o interesse público.

O segundo momento-chave inicia-se no pós-25 de Abril, após a queda do Estado Novo, e mantém-se até ao final dos anos 80. É a fase dos desenvolvimentos tecnológicos: introdução do *video-tape* (que permitiu a reprodução da imagem pré-gravada) e das transmissões da RTP2 com autonomia editorial. Associadas a esta evolução tecnológica estão as mudanças de imagem, consequência do 25 de Abril, e a necessidade de marcar a diferença entre a RTP1 e a RTP2. O genérico do *Telejornal* deixa de ser o “Mundo” para dar lugar à mão de um jornalista pronto a escrever numa

folha em branco. Mais tarde, em 1980, é introduzida a cor azul como predominante e é construído um jogo de sombras e reflexos em torno do genérico.

O período seguinte, o terceiro (década de 90), marca o aparecimento de operadoras privadas e foi também célebre por decisões políticas que tiveram um grande impacto no plano financeiro, nomeadamente a abolição da taxa de televisão e a alienação da rede de transmissores. É neste momento que surge a *neotelevisão* em Portugal, com uma programação com fortes impactos no estilo dos jornais televisivos de todos os canais. O aparecimento da Internet e da *World Wide Web* provoca uma mudança que influencia o discurso da informação televisiva, associada à nova lógica do *hiperlink*. A RTP lança então o seu portal na Internet, concebe um serviço de teletexto e disponibiliza os conteúdos do *Telejornal* em formato vídeo.

O último momento vem até aos dias de hoje, arrastando algumas particularidades da RTP e do próprio *Telejornal*. Ainda assim, verificaram-se algumas mudanças: em 1999, o estúdio é reestruturado e a imagem global também, nesta que seria a terceira alteração de visual em três anos. Começa a brotar a concorrência aberta com os jornais dos canais privados e, é também nesta altura, que nasce o primeiro canal de informação vinte e quatro horas – a SIC Notícias. Começam também as transformações de visual e de estratégia editorial, com vista a uma aproximação aos principais jornais televisivos dos canais comerciais. Este período caracteriza-se pela concorrência entre o *Telejornal* de serviço público e os jornais das estações privadas. O problema da legitimidade do serviço público é tema de agenda.

As várias modificações no que à forma diz respeito

vão, nitidamente, no sentido de uma aproximação às soluções dos canais privados, ou seja, há uma aposta clara em cenários mais amplos, onde a presença de monitores de TV e outros dispositivos técnicos e tecnológicos é uma constante. Grafismos sofisticados e cada vez mais complexos caracterizam os genéricos. A proliferação de teasers (pequenos filmes promocionais de notícias em destaque que têm o objetivo de “prender” a atenção dos espectadores) ao longo do Telejornal torna-se uma constante. O azul continua a ser a cor predominante, mas agora surge diluído em tons quentes. Finalmente, com a integração da redação no cenário (...), o

Telejornal passa a estar embutido no ambiente da respetiva redação, enquadrado, cada vez mais, pelo dispositivo técnico. (Silveira, J. F. e Shoemaker, P., 2010: 59).

Estas transformações não são únicas em Portugal. Simonelli (2001:13) citado por Silveira e Shoemaker (2010:60) salienta as mesmas mudanças no TG1 – telejornal do canal italiano. O jornal televisivo é a herança mais estável da televisão de serviço público, sendo o primeiro e mais antigo modelo, que foi reproduzido pelas empresas privadas.

No estudo que se tem vindo a referenciar, o objetivo era perceber que tipo de informação televisiva se faz nos canais de sinal aberto, cujas conclusões passamos agora a apresentar. Na análise feita ao *Telejornal*, a *reportagem* foi o género narrativo usado por excelência, e o *desporto* foi o assunto mais abordado no mesmo período – 16% do total do tempo nos telejornais. A segunda categoria mais expressiva foi a “ordem interna” (11,5%), seguida da “política nacional”(10,2%) e da “internacional” (10,1%). As quatro categorias citadas, no total, perfaziam 51,4 % das notícias do *Telejornal*. Só a seguir surgiam as histórias de “desastres, acidente e epidemias” a ocuparem 7,1% de notícias, o que representa 6% do *Telejornal*. No fim da lista estavam temas como “ciência e tecnologia”, “moda e beleza” e “energia”.

PARTE II

As notícias e o risco

Capítulo 2 – Limitando o conceito

1. Risco nas notícias

O risco não é um problema de hoje. A sociedade contemporânea, de há algumas décadas a esta parte, tem vindo a ser designada como uma “sociedade de risco” e também como “sociedade de informação”. Não interessa, porém, alongarmos sobre esta dupla nomenclatura, uma vez que o importante é realçar o facto de a informação ser considerada como um fator crucial nas situações de risco.

Quer em situações normais, quer em situações de crise, a comunicação de risco, definida pela National Academy of Sciences como “um processo interativo de troca de informação e opinião entre indivíduos, grupos e instituições, [que] envolve múltiplas mensagens acerca da natureza do risco e outras mensagens, não estritamente acerca de risco, que exprimem preocupações, opiniões ou reações a mensagens de risco ou a arranjos legais e institucionais para a gestão do risco” (Serra, 2006:4), tem nos meios de comunicação social, nomeadamente na rádio e na televisão, um instrumento fundamental.

Serra (2006:4) aponta quatro vantagens dos *media* na comunicação de risco: 1) o tamanho das audiências que tocam com a mensagem; 2) a rapidez com que a informação é difundida; 3) os padrões deontológicos que regem a atividade jornalística; e 4) a forma de comunicação atraente e sugestiva. Na mesma linha de pensamento, Ponte (2007:239) apoiada em Beck, assegura que “os *media* são relevantes como instituições intermediárias entre agências e instituições de produção, gestão, monitorização e avaliação de riscos, por um lado, e públicos, pessoas comuns, por outro, atribuindo a estes um papel essencialmente passivo.”

Para Beck,

com o desenvolvimento de risco, cresce o antagonismo entre os que são afetados por riscos e os que beneficiam com eles. A importância social e

económica do conhecimento cresce em paralelo, e com ela o poder sobre os meios para estruturar o conhecimento (a ciência e a pesquisa) e o disseminar. A sociedade de risco é neste sentido também a sociedade da ciência, dos media, e da informação. (Ponte, 2007:239 apud Beck, 1992, 46)

Desta forma, ainda segundo Beck, surgem novos antagonismos entre quem produz as definições de risco e quem as consome, sendo os *media* o sítio de eleição para disputar significados, entre quem quer que os riscos continuem fora da atenção pública e quem os quer divulgar.

Para Jenny Kitzinger (Ponte, 2007:243 *apud* Kitzinger, 1999:61), no lugar de se considerar o papel dos *media* como “espelho” das definições de risco expressas pelos especialistas, há que considerar que os *media* podem filtrar bem definições e introduzir outros critérios e dimensões. Assim, as questões importantes não têm que ver com o exagero ou desvalorização do risco, mas com os riscos que atraem a atenção dos *media* e em que condições, sendo, por isso, necessário penetrar nos seus discursos sobre cada risco.

A proposta de Cristina Ponte (2007: 244-245) é crucial para entender os constrangimentos jornalísticos associados à construção de notícias sobre riscos contemporâneos. Respondendo ao apelo lançado por Jenny Kitzinger no sentido de a sociologia do jornalismo variar o seu objeto, circunscrito à análise da função de filtro do risco “real”, agregando ferramentas de compreensão dos riscos que atraem a atenção, em que circunstâncias, contextos, causas e condicionalismos isso acontece e com que grau de autonomia dos jornalistas, Ponte apresenta, então, as seguintes conclusões: 1) os *media* focam-se no riscos que matam ou afetam muitas pessoas ao mesmo tempo e não tanto em riscos cumulativos; 2) um risco geograficamente próximo gera mais notícias do que um risco criado no exterior da rede jornalística; 3) a noticiabilidade é afetada pela velocidade com que um acontecimento de risco se revela, ou seja, a notícia é voltada para os acontecimentos e não para a problemática (os riscos menos atuais e com consequências pouco evidentes têm menos valores-notícia); 4) os jornalistas procuram testemunhos pessoais e evitam ocorrências nas quais estes não estejam disponíveis, isto é, procuram personalizar as notícias; e 5) a

disponibilidade de imagens, de fontes que enquadram a ocorrência, o interesse da concorrência ou o ponto de saturação são fatores que interferem nos constrangimentos.

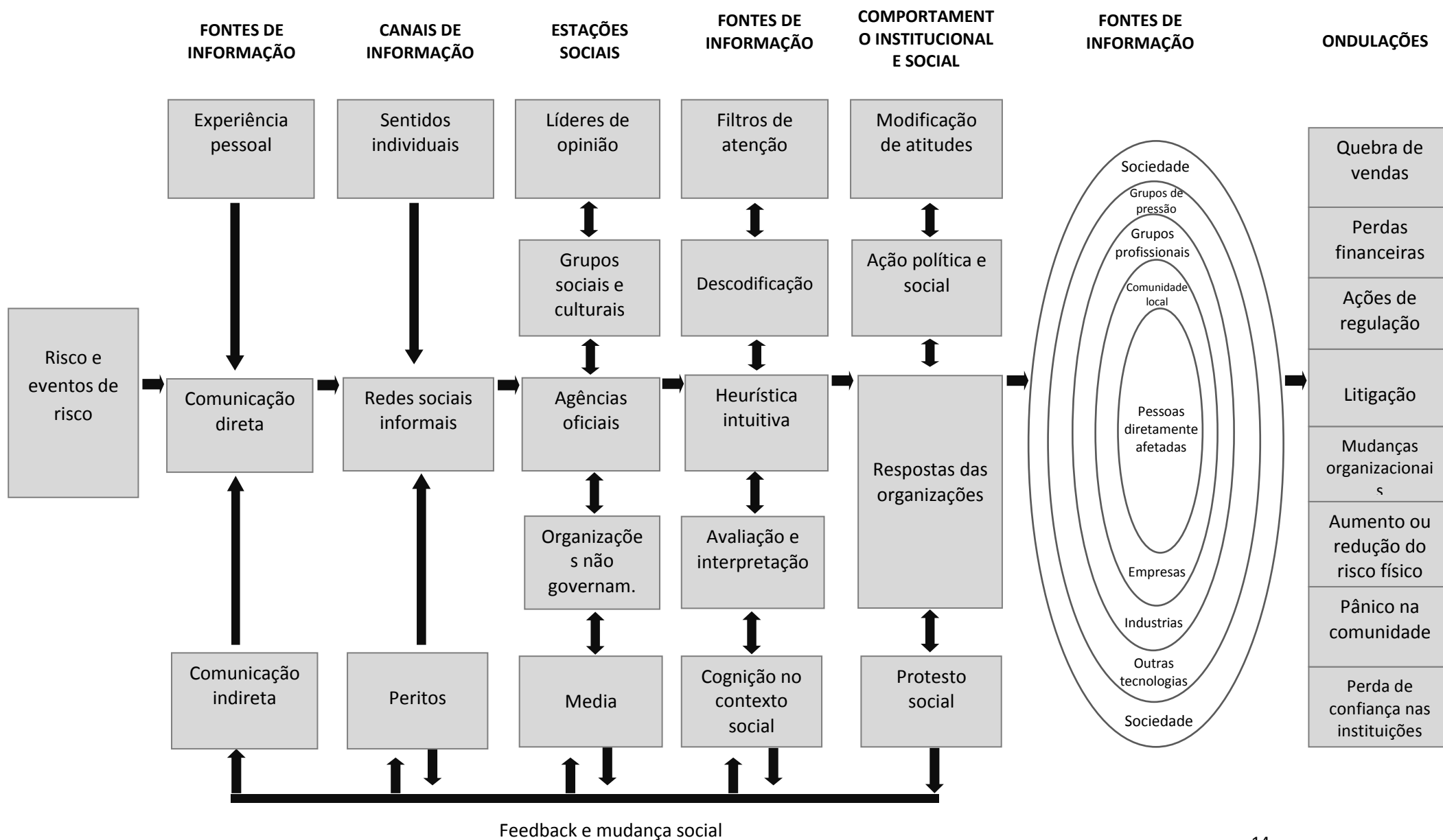
2. Ampliação e diminuição social do risco nas notícias

Na literatura relacionada com a comunicação pública do risco, distinguimos aqui um dos primeiros contributos para a construção social de um modelo explicativo da percepção do risco, através dos *media*, elaborado por Roger Kasperson e colegas em 1988 e conhecido pela sigla SARF – *Social Amplification of Risk Framework*, ou Matriz de Amplificação Social do Risco.

A SARF tinha como objetivo interpretar os processos através dos quais determinados riscos e eventos se podiam tornar um foco importante - amplificação do risco -, enquanto outros recebiam menor atenção - atenuação do risco (*Figura 1*).

Kasperson e os colegas definiram que, através da experiência pessoal e da comunicação direta e indireta, o sujeito tem acesso à informação sobre risco ou eventos de risco (sinais). A cada agente social são disponibilizados canais de informação, quer seja através dos sentidos, de redes sociais ou da descodificação por parte de um perito. A informação é filtrada por estes canais e chega às estações sociais de amplificação ou atenuação. Os sinais podem ser formatados pelos líderes de opinião, pelos grupos sociais e culturais, pelas agências governamentais, pelos cidadãos e pelos *media*, que atuam ao nível do volume. Há que ter em conta também o peso das estações individuais – processos subjetivos inerentes a cada sujeito que moldam a forma como o agente social determina o grau de risco. Dentro das estações individuais, os autores agruparam os filtros de atenção, a capacidade de descodificar a ocorrência, a heurística, a avaliação e interpretação de cada sinal e a cognição no contexto social. Após as fases de processamento de informação, o agente social é capaz de definir o seu comportamento institucional e social perante um risco, podendo modificar a sua atitude perante o mesmo, envolver-se política e socialmente, desenvolver respostas no seio de organizações ou por integrar protestos sociais (Kasperson, 2004: 16-19).

Figura 1- Amplificação e atenuação do risco, segundo Kaspersen e colegas



A SARF introduziu o conceito de ondulação. O risco é entendido como um processo que inicia uma onda de consequências graduais, que pode afetar somente os grupos diretamente afetados, como também causar impactes económicos, legislativos, políticos ou sociais em setores da sociedade remotamente associados ao evento original.

Metodologicamente, a SARF admitiu o método de camadas no estudo de risco, que se verifica na medição das ondulações em diferentes níveis institucionais, e na recolha de indicadores de várias áreas transversais possivelmente afetadas pelo evento de risco. Não são os *media* que definem totalmente o processo de perceção, pelo que, mesmo em casos de intensa cobertura noticiosa, a amplificação do risco não é necessariamente garantida. É, pois, a perceção pública da eficácia da gestão de eventos de risco, o fator para compreender a reação de uma sociedade a um risco.

Anos mais tarde, os autores aperfeiçoaram a proposta, dado terem sido acusados de dedicar mais tempo aos processos de amplificação dos riscos do que aos de atenuação. Assim, elaboraram uma tipologia de riscos escondidos – riscos que, apesar das severas consequências produzidas, não são detetados corretamente e são, consequentemente, afastados.

A SARF conseguiu o mérito de juntar as consequências físicas de um evento e a interação de processos psicológicos, sociais, institucionais e culturais, que estabelecem os seus impactes sociais e económicos.

3. Ciclos de atenção

O conceito de ciclo de atenção foi apresentado pelo economista Anthony Downs, em 1972. Como pretendemos analisar os obstáculos que um determinado tema tem de ultrapassar para permanecer na agenda, tendo em vista mobilizar a mudança social que os seus promotores ambicionam, é, de facto, importante realçar as fases de atenção propostas por Downs (Pereira Rosa, 2012:149 *apud* Downs, 1972:39-41).

A primeira fase corresponde à “fase pré-problema”, em que se define uma condição social indesejada, mas que ainda não captou a atenção pública. A segunda fase diz respeito à descoberta alarmada de que existe um novo problema social e ao entusiasmo da sociedade, que pensa ser capacitada para resolver o problema. Na terceira fase, toma-se conhecimento da percepção do custo necessário à resolução e dos sacrifícios que ela vai causar. A quarta fase caracteriza-se por um decréscimo do interesse público. Dada a saturação de alguns dos seus promotores, o tema deixa de ter atenção pública. Na última fase, a fase pós-moderna, o tema sai da agenda mediática, aparecendo muito esporadicamente devido a ocorrências que lembram o interesse.

PARTE III

Estudo de caso: o surto de *Legionella* de 2014 no Telejornal da RTP

Capítulo 3 – Desenho da Investigação e Metodologia

1. Delimitação e objetivos do estudo empírico

Concluídos os tópicos de reflexão que sustentam o corpo teórico desta investigação, é chegado o momento de apresentar os procedimentos necessários à execução do estudo empírico, bem como as perguntas essenciais a que ele pretende dar resposta.

O objetivo primeiro é perceber os enredos através dos quais a televisão romanceia a construção de notícias de risco em Portugal, agraphando-se com crescente solidez a vontade de desenvolver um estudo de caso, investigado em contexto real, através de técnicas quantitativas e qualitativas, e certos de que se possa vir a extrair inferências sobre o tratamento do risco. A partir daqui várias são as questões a ter em conta, como a escolha do *corpus* a analisar. Sem dúvidas, selecionou-se um *corpus* – surto de *Legionella* de 2014 em Portugal - que, como era de fácil previsão, se tornou notícia de destaque: o maior surto de *Legionella* detetado no país, a maior emergência de saúde pública.

Antes de seguirmos avante, convém explicar o que entendemos por cobertura jornalística, expressão tão presente no jargão jornalístico, principalmente no decorrer de grandes acontecimentos. Por cobertura jornalística entende-se, então, toda a produção noticiosa centrada num acontecimento, num determinado período de tempo.

A análise pressupõe o recurso a noções adquiridas sobre as práticas e rotinas da produção noticiosa, constrangimentos e estatutos editoriais do meio em análise. É ainda importante ter em conta a relação da ação mediática/ jornalística com a teoria social e com os demais ramos das Ciências Sociais e Humanas, no que respeita a quadros teóricos e metodológicos, como já referimos no ponto anterior. O estudo da

cobertura jornalística do surto de *Legionella* de 2014 procura reconhecer os principais traços comportamentais do desempenho mediático do telejornal da RTP.

A definição das barreiras temporais para a análise de um caso como o do surto de *Legionella* requer alguma subjetividade, isto porque é difícil delimitar o fluxo de notícias desde o começo até ao fim. A escolha recaiu sobre o período que decorreu entre os dias 7 e 21 de novembro de 2014. Esta opção por um momento tão singular pode parecer parco para futuras conclusões, quando comparado com estudos anteriores de outras epidemias e surtos que têm o seu período de análise estendido para um ou até mais anos.

Mas atentemos nos marcos impostos pela agenda dos *media* e do surto: 7 de novembro – momento em que as autoridades de saúde nacionais, e nomeadamente a Direção-Geral de Saúde (DGS), reconhecem publicamente a sua preocupação fronte à bactéria que então atirava para as urgências dos hospitais um número crescente de doentes. Não esquecer também que a RTP noticiou, pela primeira vez no *Telejornal*, o surto no dia 7. A estaca final foi colocada no dia 21 do mesmo mês, altura em que a DGS e o Ministério da Saúde declaram o surto como extinto. Fora deste período, ficaram todas as notícias publicadas posteriormente e que dão conta de novos casos e mortes.



Figura 2 - Notícia de abertura do *Telejornal* sobre o tema - 07.11.2014



Figura 3 – A primeira peça do *Telejornal* de 21.11.2014 sobre o tema

Interessa-nos, de ora em diante, proceder à análise do estudo de caso, não sem antes elencar o conjunto de perguntas de partida a que ele pretende dar resposta. A saber:

- *É possível prever como se desenrola a cobertura jornalística de um acontecimento associado a um risco?*
- *As notícias seguiram as cinco fases do ciclo de atenção propostas por Downs?*
- *Que fatores intervieram no interesse dos media pelo surto de Legionella e que mantiveram esse interesse por 15 dias?*
- *Se os jornalistas que noticiavam a Doença do Legionário partilhavam constrangimentos, a que âncoras se agarravam?*
- *Que fatores adicionais asseguravam o estatuto de matéria noticiável?*
- *A RTP prestou um serviço de verdadeiro serviço-público na cobertura do surto de Legionella?*
- *Quem segurou o leme na comunicação do Telejornal da RTP: os jornalistas, as fontes oficiais ou as fontes técnicas?*

As ferramentas metodológicas utilizadas para encontrar as respostas às questões supracitadas foram a análise de conteúdo às peças editadas, complementada com uma atenção aos processos produtivos que incluiu a análise de documentos,

nomeadamente os comunicados da Direção-Geral de Saúde, uma entrevista à jornalista e chefe de redação do *Telejornal* da RTP e a observação em “primeira mão” que o estágio curricular nos permitiu.

2. Medir resultados: análise de conteúdo

Comunicar implica saber os resultados obtidos na sequência da comunicação. E esse apuramento é feito pela análise dos *media*, que transforma em números e outros indicadores os impactes causados pelas ações veiculadas pelos meios de comunicação. Medir resultados é, portanto, garantia de uma maior vigilância sobre o que é dito nos meios de comunicação, permite acompanhar o desenvolvimento de uma ação comunicativa, ao mesmo tempo que faculta um *feedback* do planeamento da comunicação para possíveis modificações que possam ser feitas no sentido de melhor transmitir a mensagem ao público.

Ainda assim, mais importante do que dispor de um conjunto de dados, é saber interpretá-los, para que se cheguem a conclusões válidas. É aqui que a análise dos *media* desempenha um papel fundamental, de forma a saber se a cobertura de um dado acontecimento foi feita da forma mais adequada e se o público foi atingido.

O antigo modelo de comunicação de massas caracterizava-se por um fluxo linear de divulgação de informações: através de um canal, o emissor transmitia a mensagem para o recetor. Com o avançar das potencialidades tecnológicas, a paisagem das informações mediatizadas sofreu alterações, sendo que atualmente as práticas comunicacionais se fazem através de processos circulares. Desta forma, o consumidor passivo do velho modelo é também produtor e difusor de mensagens. Os *media* exercem um grande poder de influência na sociedade, pelo que a pertinência da sua observação e estudo é, incontestavelmente, expressiva.

A análise dos *media*, enquanto ferramenta que permite um exame minucioso e metodologicamente fundamentado, e à qual cabe a tarefa multidisciplinar e complexa de analisar os meios de comunicação e os seus conteúdos, é fundamental. (Cunha, 2012).

Durante a análise do caso concreto do estudo que apresentamos, foram preenchidos parâmetros, entre eles o género jornalístico (se se trata de uma reportagem ou de um direto, por exemplo), a proeminência (no caso da televisão, se é uma notícia de abertura ou se aparece mais no fim do jornal), a imagem... De acordo com o conteúdo analisado, são atribuídos códigos a cada parâmetro, procedendo-se de seguida à análise. A observação deve ter em linha de pensamento os contextos em que estão inseridos os meios de comunicação, bem como a forma como a audiência retém a mensagem. Só assim perceberemos diversos fenómenos, tais como os enquadramentos essenciais à investigação, porque a audiência, influenciada pelo seu contexto cultural, social e económico, faz com que os *media* dependam de si.

Partindo da explicação de Ragin (1994), Cunha (2012:9) aponta que os processos inerentes à análise dos *media* seguem quadros conceituais e teóricos da teoria social – fundamentais para o decurso da investigação e para a justificação das conclusões -, além das metodologias que partem das evidências presentes nos meios de comunicação. Dito isto, a análise de conteúdo segue uma linha rigorosa de investigação que não facilita a dispersão na heterogeneidade do objeto em estudo, organizando os dados recolhidos e procedendo à posterior interpretação.

A recolha de dados só é válida se efetivamente aquilo que se pretende saber estiver definido. Ou seja, a formulação de uma pergunta de partida é indispensável para limitar a intenção do estudo:

Para Sumser (2002:6), as regras de observação determinam o que se chama de pesquisa empírica e esta existe quando as perguntas que se fazem podem ser mais apropriadamente respondidas através da observação do mundo, do que através do pensamentos sobre ele. (Cunha, 2012:9)

A técnica de investigação frequentemente utilizada é a análise de conteúdo por se aplicar a todos os conteúdos que fazem parte dos meios de comunicação e permitir demonstrar tendências pela recolha de evidências (Cunha, 2012). Através deste tipo de pesquisa é possível o tratamento estatístico e quantitativo de um fenómeno recorrendo a *softwares* que geram uma base de dados, sendo uma das vantagens a clareza metodológica da pesquisa.

Simplificar e decompor são as palavras de ordem da análise dos *media*. Para tal, o acompanhamento regular que permita compreender e justificar a evolução do acontecimento *x*, é fundamental. Assim, importa, num primeiro momento, definir os elementos sobre os quais incide a análise – o *corpus* –, que podem ser textos, imagens ou outro tipo de documentação, ainda que tenha de ser definido, obviamente, de acordo com o tema da pesquisa.

A preparação teórica que permite o enquadramento metodológico, a formulação de hipóteses e a definição de variáveis tem que ser anterior à obtenção dos resultados, de forma a simplificar a análise. As variáveis assumem várias categorias - forma, conteúdo e discurso. As variáveis de forma, segundo Cunha (2012:85), “sistemizam os elementos descritivos formais do meio” e são definidas de acordo com a formatação do *corpus*: tipo e nome do meio, data de publicação ou espaço ocupado pelo tema em análise. As variáveis de conteúdo “estão associadas ao tema da cobertura” (*idem*), isto é, têm que ver com elementos descritivos sobre o tema, presentes no objeto analisado, como o local e os intervenientes. Finalmente, as variáveis do discurso “fundamentam-se em princípios de análises textuais” (*idem*), procurando perceber o tipo de tom, a narrativa ou argumentação empregues na construção do texto.

Partindo do que foi dito nos parágrafos anteriores, a análise dos *media* assume tamanha importância que não só torna possível compreender os processos de produção e transmissão de conteúdos, como os seus efeitos na sociedade, reduzindo a complexidade dos contextos em que se inserem as temáticas, motivo principal da investigação. Importante é, pois, perceber que a sua base de trabalho está firmada na comunicação de massas. Por outras palavras: nas mensagens das fontes organizacionais transmitidas através dos meios de comunicação social para a audiência.

3. Análise de conteúdo com SPSS

O projeto que agora desenvolvemos recolheu, ao longo do período delimitado pelo *corpus*, 73 peças de televisão emitidas no canal público no jornal televisivo, transmitido no horário de *prime-time*. O critério de recolha utilizado consistiu na

escolha de peças (a unidade de análise) em que fossem identificadas quaisquer referências ao surto de *Legionella*. A escolha do meio e do programa a analisar prendeu-se meramente com o local onde o estágio curricular foi realizado. A recolha das peças foi feita através do visionamento dos conteúdos jornalísticos.

Para dar conta do já referido projeto a que nos propusemos, foi criada uma base de dados em SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), depois de previamente terem sido formuladas as “categorias unívocas de análise, isto é, categorias fundamentadas teoricamente e justificadas, de forma a atenuarem as ambiguidades de interpretação, utilizando-se para tal um instrumento de registo de definições, a que se dá o nome de *codebook*” (Cunha, 2012:83). O *codebook* ou Livro de códigos deste trabalho pode ser consultado nos Anexos (Anexo I) e teve por base o “dicionário de variáveis” preparado por Clara Almeida Santos (2009), embora com uma dinâmica diferente no que respeita à tematização, e também as noções de análise publicadas no livro *Análise dos Media*, de Isabel Ferin Cunha (2012). A construção de variáveis vai permitir responder às perguntas de partida e dar conta dos objetivos da pesquisa.

O propósito natural da análise de conteúdo é a comunicação (Santos, 2012: 191 *apud* Deacon *et al*, 1999), pelo que pretendemos materializar uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Segundo Santos (2012:191), “Deacon realça esta definição (da autoria de Berelson) para se deter particularmente na ideia de que se trata do conteúdo manifesto (ou seja, concreto e explícito, por oposição ao conteúdo latente, implícito) analisado com objetividade.” Destacámos esta citação para reforçar a ideia de que a análise de conteúdo procura as respostas para as perguntas colocadas (*idem apud* Deacon *et al*, 1999), o que se adequa aos objetivos da presente explanação.

Capítulo 4 – Análise e discussão dos resultados

A comunicação de um surto é, como qualquer outra comunicação de um risco, um campo complexo, incerto, difícil de compreender e, pelo menos segundo a chefe de redação Luísa Bastos, exigente de tratar jornalisticamente:

(...) é uma preparação que se faz na altura. Nenhum de nós tem formação de como tratar uma epidemia. O que a gente procura fazer é, desde logo, contactar as autoridades para tentar perceber, ou especialistas na matéria, cientistas, que nos informem o que é que pode estar em causa e ler tudo a respeito de. E a partir daí explicar às pessoas. Aqui não há, não temos nenhum especialista em Legionella na redação. (Entrevista com Luísa Bastos, chefe de redação da RTP, Anexo II)

Os jornalistas que noticiaram o surto de *Legionella* tiveram assim que atuar, inicialmente, com alguns constrangimentos, a saber: ausência de conhecimento da matéria noticiosa, complexidade e incerteza, colmatados com o aparecimento de eventos noticiosos, de afirmações inequívocas das autoridades e de um plano de intervenção.

Contudo, o surto de *Legionella* recebeu um elevadíssimo tratamento mediático, pelo menos num certo período. Em números, diz a Cision¹, houve 7505 artigos noticiosos produzidos em Portugal com referência ao surto da doença dos Legionários, entre os dias 7 e 19 de novembro. Em televisão foram detetados 3320 conteúdos dedicados ao tema, o que se traduz num total de 127 horas e 50 minutos de tempo de antena. Mas não foi só o espaço editorial português que deu à estampa o surto de *Legionella*. O surto português foi além-fronteiras, contabilizando-se 763 referências nos meios de informação *online* globais. A fonte continua a ser a Cision e os números continuam a ser expressivos e demonstrativos da relevância deste tema no panorama informativo, como, aliás, é tão explícito no título do estudo – “A viralidade da *Legionella* nos meios de informação”².

A cobertura, no que diz respeito ao meio e programa objeto desta análise, centrou-se no risco de forma explícita com títulos como “População assustada” (08.11.2014), “Quatro mortos – é o maior surto de legionella em Portugal” (09.11.2014), “Inspeção Extraordinária” (11.11.2014), “Pneumonia por *Legionella*”

¹ A Cision fornece soluções de RP e *media*: base de dados de *media*, distribuição de *press releases*, monitorização de *media* e análise de ações de comunicação, contribuindo para a avaliação do impacto da comunicação de diversas marcas, por exemplo.

² O estudo da Cision teve como objeto de análise todas as notícias referentes à *Legionella*, veiculadas em Portugal em mais de 2000 meios de comunicação social (televisão, rádio, online e imprensa).

(11.11.2014), “Vítimas mortais” (12.11.2014), “Trabalhadores preocupados” (12.11.2014), entre outros.

Apesar do nível de atenção dos *media* se ter mantido elevado, a atenção decresceu. Tendo como base a proposta teórica de Kasperson e colegas (2004) para analisar processos de ascensão e queda social do risco através da sobreposição de dados distintos, criámos o *Gráfico 1* que mostra o número de peças, incluindo as chamadas “promos”, no *Telejornal*.

As barras representam o total diário acumulado de peças jornalísticas sobre o surto da Doença dos Legionários na amostra. É possível verificar os picos de intensidade, comprovando a tendência crescente e a desvalorização da atenção jornalística. As linhas azul e vermelha refletem, respetivamente, o número de óbitos e de pessoas contaminadas, contabilizando diariamente o número total.

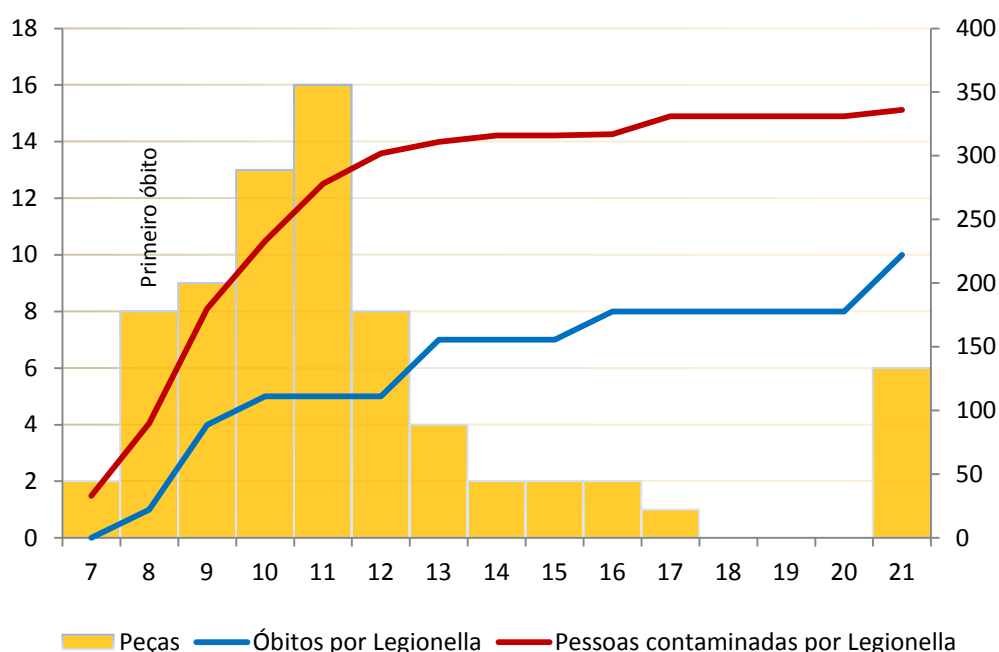


Gráfico 1 – Variação diária das peças jornalísticas, dos óbitos e dos casos em Portugal

O *Gráfico 1* permite-nos tirar algumas ilações que a seguir apresentamos, não sem antes notar a falta de ajustamento entre a agenda jornalística e a agenda do surto. Ainda que a RTP tenha dado uma cobertura à questão superior à do *Telejornal*, a

sua distribuição temporal é representativa dos níveis de atenção do canal no seu conjunto.

1. Noticiar um surto em televisão

A evolução da atenção jornalística pelo tema foi em tudo semelhante à cobertura de outros problemas de saúde. A título de exemplo, veja-se a da Doença vacas loucas e do Síndrome da falsa memória (Kitzinger, 1997/2002).

Como poderemos confirmar pela análise do *Gráfico 1*, houve um forte interesse nos primeiros cinco dias, à medida que a questão ia sendo definida pelos peritos envolvidos, bem como iam sendo identificadas as suas consequências: aumento exponencial do número de óbitos e de internamentos. O período seguinte iniciou na amostra uma curva descendente que voltaria a inverter-se, tendo merecido novo destaque.

No *Telejornal*, foi tema de abertura em 7 ocasiões/dias (*Gráfico 2*) e nos dias seguintes em que foi noticiado foi discutido nas primeiras notícias do programa. De notar ainda que a “Promo Inicial” nem sempre significa que o tema seja notícia de abertura, como se constata na diferença de valores entre as “Promos iniciais” (14) e as notícias de “Abertura” (7).

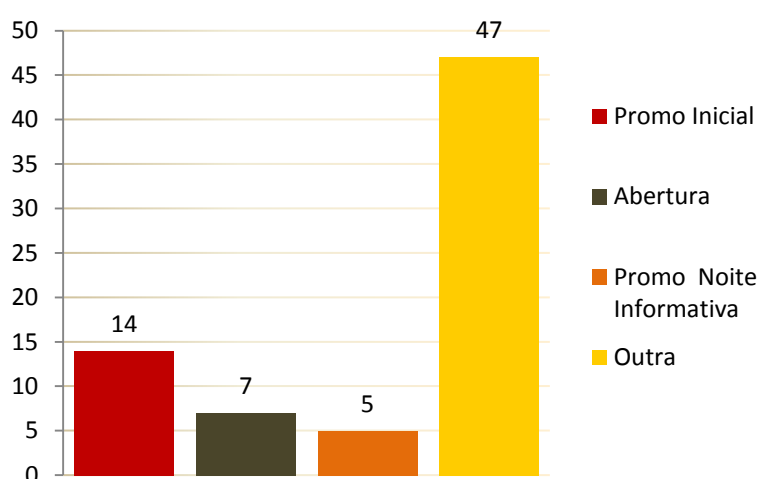


Gráfico 2 – Proeminência das peças no *Telejornal*

Relativamente aos géneros jornalísticos utilizados para tratar o surto (*Tabela 1*), foi tema de 16 diretos, 21,9% do total das peças, um valor inferior aos 37% de reportagens e aos 30,1 % de *off's*, número que se regista elevado por se agruparem aqui as chamadas que são feitas para promover o tema, quer no programa da amostra, quer para outros conteúdos noutra canal do grupo. A escolha e relevante utilização de diretos devem ser analisadas com alguma precaução dado que, como afirma Clara Almeida Santos (2009:285), em televisão a presença de diretos não dá conta do acontecimento propriamente dito, mas apenas das suas consequências, à exceção de “pseudo-acontecimentos, conforme definidos por Daniel Boorstin (1992), já que estes existem precisamente para ser difundidos e na própria mediatização consiste a sua essência” (Santos, 2009:285).

Tipo	N.º	Percentagem
<i>Off</i>	22	30,1
Direto	16	21,9
Reportagem	27	37,0
<i>Off boca</i>	8	11,0
Total	73	100,0

Tabela 1 – Tipo de peças/ género jornalístico

2. Ascensão e queda de notícias de Legionella

Da análise das peças de televisão são várias as observações que surgem para enxergar alguns traços da construção de notícias de risco.

O percurso desta estória nos *media* foi influenciado por iguais acessos dados aos dois lados da estória – vítimas e culpados -, prática do dever jornalístico que seguiu as regras básicas de ética e deontologia que defendem que, na cobertura de questões polémicas, os lados em confronto devem ser ouvidos e não devem ser escritas estórias apoiadas na conversa com uma pessoa (Cfr. Ponto 1 do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses).

O primeiro conteúdo jornalístico foi divulgado dia 7 de novembro e baseava-se, como analisado, numa declaração sobre o ponto de situação do surto, feita pelo Diretor Clínico do Hospital de Vila Franca de Xira. A primeira notícia publicada não era sobre investigação científica, mas sim sobre o número de casos, a origem e transmissão. Em direto apareceu um jornalista com Título Provisório de Estagiário e não foram muitos mais os conteúdos divulgados por aspirantes a jornalista. A maioria das peças foi escrita por jornalistas com Carteira Profissional e não especializados em saúde, ciência ou medicina. Muitas foram escritas por jornalistas de informação geral, pertencentes à editoria de Sociedade, contando com um caso de um jornalista da editoria de Economia. Em entrevista para este trabalho, a chefe de redação da RTP, destacou a forma como se organizou a redação:

Numa primeira fase, o que nós fizemos foi destacar quem estava livre. Numa situação destas em que temos de dar uma resposta imediata destaca-se quem está livre e todas as pessoas que estão livres ficam com esse assunto. Ou seja, avançámos logo com uma equipa para o local, que era um jornalista que estava na altura aqui e que podia ir, e os que estavam livres na redação começaram ao telefone a tentar perceber a estória, porque isto é um trabalho de equipa. Quem está livre e pode pegar num telefone, pega num telefone e ajuda e não há editorias nessas alturas. Nos dias subsequentes já se procurou que a resposta fosse mais articulada no sentido de determinar meia dúzia de pessoas que na redação acompanharam permanentemente esse caso. Eram mais ou menos os mesmos para que também estivessem por dentro do assunto, para que não cheguem de novo ao assunto e saibam o que é que se está a passar, o que é que já se deu, quais são os elementos novos. E portanto procurou-se definir, digamos assim, uma task force que nos dias subsequentes foram tratando desse assunto em concreto. (Anexo II)

Isto quer dizer, então, que houve um envolvimento de vários jornalistas e uma expansão do tema. Por outras palavras, a matéria não se limitou a ser produzida por especialistas em ciência ou saúde.

A construção social e política das notícias, tendo em conta as percepções dos jornalistas sobre as audiências e identidades, foi fiadora de um forte impacto, porque os *media* captaram um certo nível de interesse. O assunto tornou-se tema do dia e noticiável, não só pelo interesse intrínseco em noticiar um risco, mas pela atenção que os outros meios lhe davam. Assim, “a noticiabilidade é uma tautologia: quando um tema obtém um certo impacto mediático, atrai mais interesse e o interesse dos jornalistas alimenta esse impacto” (Kitzinger 1997/2002 *apud* Brosius, 1995).

Fator importante foi também o claro interesse editorial pela questão, definido pela agenda por “valores-notícia” padronizados e por uma cultura oficial.

3. Declínio na atenção dos media

O declínio da estória do surto de *Legionella* deveu-se, num primeiro momento, ao surgimento de novos temas que viriam a marcar a agenda. O caso dos vistos *gold* (dia 13.11.2014) e a consequente demissão do Ministro Miguel Macedo (dia 16.11.2014) arredaram para canto a *Legionella*. «*Mataram a Legionella!*» e «*A Legionella acabou!*» foram palavras que se ouviram na redação. O surto da doença deixou de ser notícia de abertura no dia 13 de novembro e não foi mesmo notícia nos dias 18, 19 e 20 de novembro. Voltaria ao ecrã dia 21 como notícia segunda do alinhamento do *Telejornal*.

Encontrámos neste caso a mesma matriz que Kitzinger (1997/2002) regista para o acompanhamento do caso da BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina ou “doença das vacas loucas”), a propósito do qual a chefe de redação, Luísa Bastos, comenta:

A primeira notícia foi dia 7, deixou de ser notícia de abertura dia 13 teve muitos dias a ser notícia de abertura, não é? Ou seja, nenhuma notícia vive para sempre. À medida que se percebeu, à medida que os números de infetados foram decaindo, ou seja, já não cresciam exponencialmente dia-a-dia, à medida que o número de mortes também estabilizou percebeu-se que o surto estava mais ou menos controlado. (Anexo II)

Em parte, o declínio da doença dos Legionários nas notícias, também se deveu, num segundo momento, a um processo de saturação inevitável, como em todas as catástrofes, dada a constante mostra que os meios de comunicação faziam. E sobre isto Luísa Bastos nota que

(...) isso também contribuiu. Ou seja, a certa altura se o que nós temos para dizer de novo não é nada de novo, torna-se redundante. Não vamos abrir o Telejornal a dizer “boa-noite” para dizer o que já dissemos ontem. Quando abrimos o Telejornal temos que dar uma informação nova. A certa altura lembro-me que o que havia de novo para dizer era o número que tinha aumentado um ou dois ou diminuído um ou dois, e isso tinha uma relevância menor. (Anexo II)

O surto já não era novidade, os casos aumentavam e continuavam a morrer pessoas, mas já não havia novidade, nem sequer outro valor-notícia que mantivesse no ar o surto de *Legionella*. Em alusão à grande obra de Gabriel García Márquez foi a “crónica de uma morte anunciada”. No dia em que começou a cobertura do surto, os meios de comunicação sabiam que a notícia ia morrer.

A atenção dos *media* na cobertura do surto de *Legionella*, assim como na maioria de estórias de risco, seguiu o padrão clássico de distribuição Kitzinger (1997/2002: 32) ao atingir um pico de interesse e a reduzir.

O primeiro pico de interesse nos *media* surgiu no dia 7 de novembro (sexta-feira), mas o interesse rapidamente decresceu no dia 12 (quarta-feira). O debate foi pontualmente reanimado nos primeiros dias, dias em que se publicaram os balanços jornalísticos do comportamento das autoridades durante o surto. Dados os acontecimentos, uma das questões mais fascinantes será entender o que levou ao colapso da atenção dos *media*.

A atenção inicial dos *media* baseia-se em fatores facilmente explicáveis: “podia ser você”, moldes mediáticos e interesse humano. As potenciais implicações na saúde humana eram claramente importantes para o grande público, a acrescentar ao interesse dos *media* que já estava marcado pela noção de “surto”. A estória da

Legionella ia na senda de preocupações do caso *Ébola*. Havia um claro molde mediático para enquadrar esta estória. Embora a *Legionella* não pudesse oferecer estórias sobre mortes num primeiro momento, poderiam ser iniciados estudos de casos singulares como as famílias de doentes. Há também que juntar o apelo das “boas imagens”, que falaremos mais à frente.

Embora os fatores atrás indicados tivessem contribuído para a atenção dos *media*, foram eventos sociopolíticos que levaram à queda da estória da *Legionella*:

E deixou de ser notícia por um valor-notícia maior, que foi o caso vistos gold que acabou por ter detenções ao mais alto nível na estrutura do Estado - que é uma coisa também que não estávamos muito habituados - por corrupção que levou à queda de um Ministro, portanto era, digamos assim, a partir do momento em que estamos 7 dias ou mais com uma notícia de abertura e entretanto surge outra que tem um valor-notícia também muito importante é natural que, não havendo... (...) Ou seja, a notícia não caiu completamente mas perdeu, digamos assim, importância ou relevância face a um outro acontecimento que acabou por se tornar também muito importante. (Entrevista com Luísa Bastos, chefe de redação da RTP, Anexo II)

O interesse jornalístico pela estória foi estimulado pelo comportamento do principal departamento do governo envolvido na crise - o Ministério da Saúde – e também pela Direção-Geral de Saúde.

Em televisão, esta representação verifica-se na variável “atores”, que identifica rigorosamente quem aparece no ecrã pois, como atesta Clara Almeida Santos (p.287), pode acontecer que as peças - sobretudo no caso dos *off's* - deem conta de pessoas, ainda que estas não apareçam, “sendo a visibilidade um fator de extrema importância quando se analisam narrativas televisivas”. (Santos, 2009: 287). O *Gráfico 3* dá-nos conta da visibilidade dos atores sociais: a série 1 corresponde ao número de ocorrências e a série 2 à percentagem total de peças.

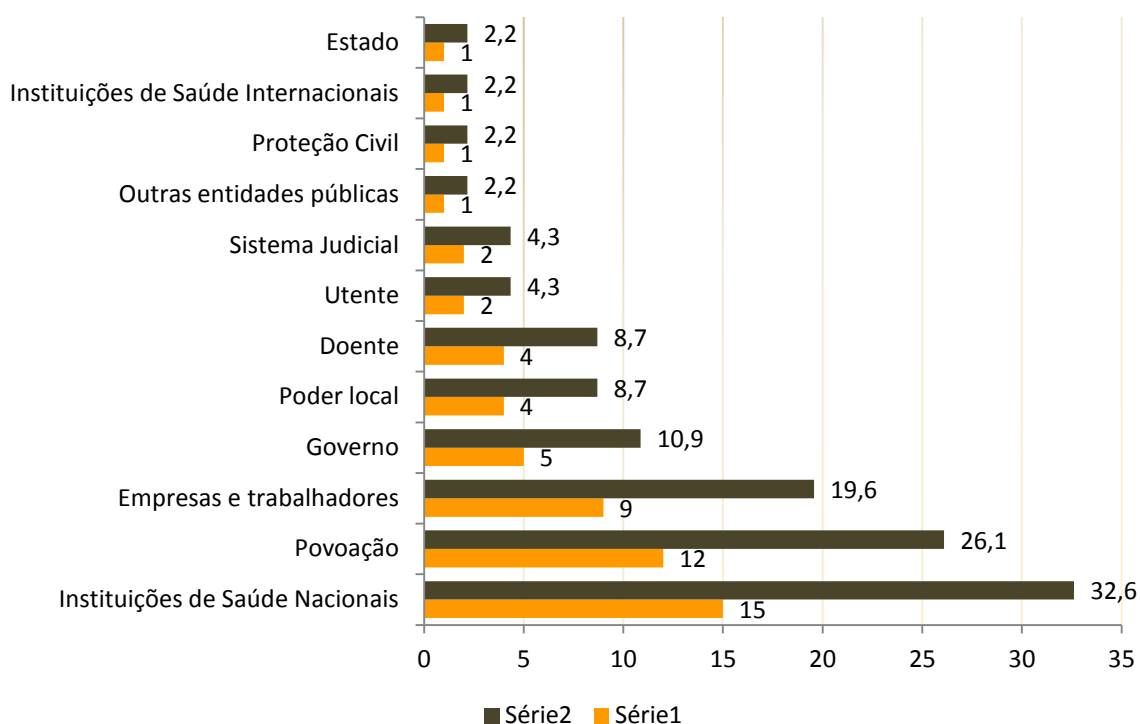


Gráfico 3 – Atores nas peças sobre o surto de *Legionella*

Assim, notamos que a presença das *Instituições de Saúde Nacionais* é muito significativa – em 32,6% das peças. A seguir, a modalidade mais presente é a da *Povoação* - em 26,1% das peças -, sendo que o *Governo*, e confirmando o que atrás se referia, também aparece com relativa frequência nas peças – 10,9%. Para solidificar esta presença, se considerarmos a variável *vozes*, a realidade repete-se (*Gráfico 4*). Desta feita as barras laranja (série 1) correspondem ao número de citações e as barras cinzentas (série 2) à percentagem no total de peças.

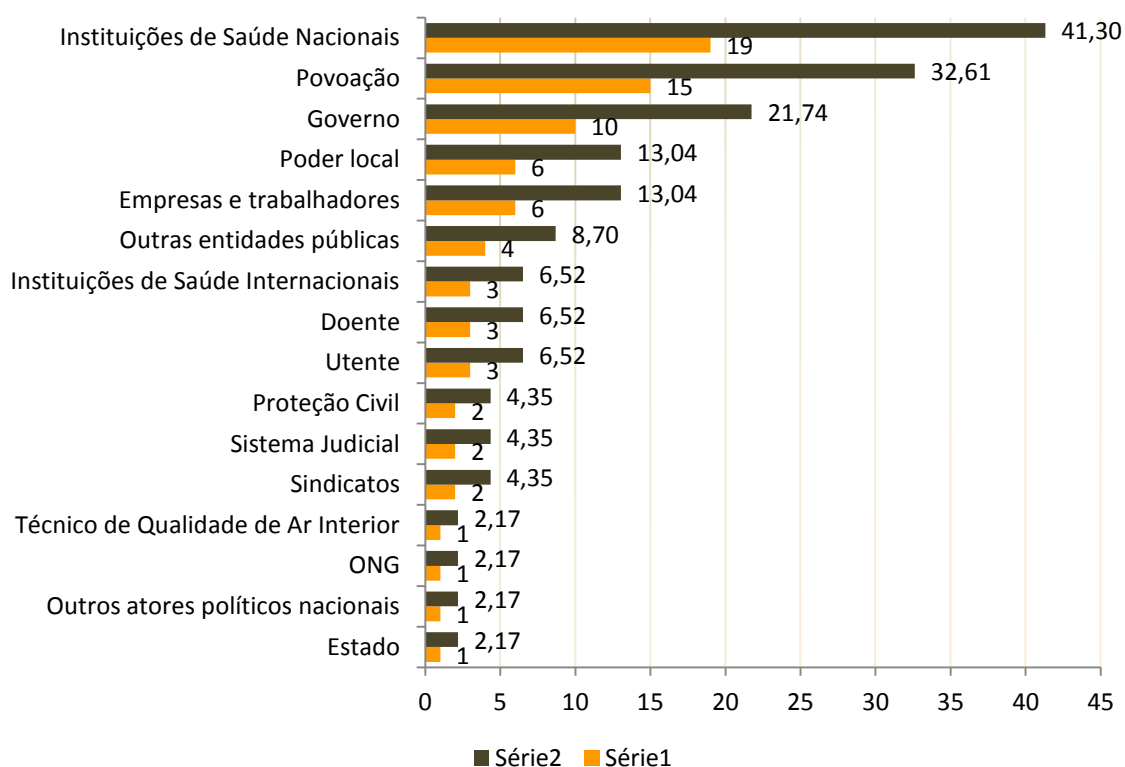


Gráfico 4 – Citações presentes nas peças sobre o surto *Legionella*

A variável *vozes* refere-se às citações, ou seja, às pessoas entrevistadas nas peças, os protagonistas. Em 41,30% do total de peças relativas ao surto foi dada a palavra a representantes das Instituições de Saúde Nacionais. Destaque é novamente dado à *Povoação* (ouvida em 32,61% das peças televisivas), familiares e habitantes na principal zona afetada pela bactéria, e ao *Governo*, ouvido em 21,74% das peças.

No que ao tipo de construção narrativa diz respeito (*Tabela 2*), verificamos que nem todas as modalidades foram usadas na cobertura do caso do surto de *Legionella*, nomeadamente as modalidades *alegórico*, *épico*, *irónico* e *moral*. Entendida como a modalidade mais característica do discurso jornalístico, já que alberga marcas de objetividade, isenção, rigor e imparcialidade, ausência de opinião e privilegia os factos, a modalidade *factual* apresenta um valor muito expressivo – 79,5% - de como foi construído o surto no *Telejornal*.

Narrativa	N.º	Percentagem
Factual	58	79,5
Dramático	11	15,1
Policial	4	5,5
Alegórico	0	0,0
Épico	0	0,0
Irónico	0	0,0
Moral	0	0,0
Total	73	100,0

Tabela 2 – Enquadramento/ Narrativas das peças

Consequência do uso deste tipo de narrativa verifica-se o uso de outra modalidade habitual na cobertura típica das notícias sobre crime, e falamos da narrativa *policial*, estando presente em 5,5% das peças da amostra analisada.

Para melhor percebermos os resultados da variável da *Tabela 2*, passaremos a analisar a variável seguinte - *argumentação*. Desde logo podemos constatar que a modalidade mais destacada é a *social*, a predominar nas peças noticiosas: 53,4%. Este tipo de argumentação faz eco das preocupações da população relativamente às consequências que advém do surto, sendo que os jornalistas deram um enquadramento que procurou as raízes do problema.

É de relembrar que os responsáveis pelo poder local proibiram a abertura das piscinas locais, providenciaram o encerramento de balneários e tudo o que mexesse com água. Eram eventos com reconhecida noticiabilidade. Para mais, este conjunto de circunstâncias mobilizou jornalistas que cobriam questões de ciência, educação, agricultura, alimentação, política e economia, passando assim a aumentar de forma substancial o espaço em que as notícias sobre *Legionella* podiam ser inseridas.

Argumentação	N.º	Percentagem
Política	0	0,0
Judicial	4	5,5
Económica	1	1,4
Social	39	53,4
Assertiva	29	39,7
Total	73	100,0

Tabela 3 – Tipo de argumentação das peças

Para finalizar a leitura das decisões que acomodaram as opções do discurso jornalístico, na *Tabela 4* damos conta do tom geral das peças.

Tom	Percentagem
Positivo	30,4
Negativo	26,1
Neutro	43,5
Total	100,0

Tabela 4 – Presença percentual do tom nas peças sobre o surto de *Legionella*

Tendo em conta os resultados obtidos anteriormente, e falamos nas narrativas *factual* e *assertiva*, é de esperar que o tom predominante seja o *neutro*, visto que ambos costumam andar de mãos dadas. Tal verificou-se, observando-se o tom *neutro* em 43,5% das peças, seguido, em ordem decrescente pelo tom *positivo* e *negativo*, respetivamente com 30,4% e 26,1%.

Observando agora o discurso visual, podemos verificar a importância que foi dada à *rua*, ao *hospital* e aos *médicos e outros agentes*, com 20,5% de peso percentual no total das peças (*Gráfico 5*).

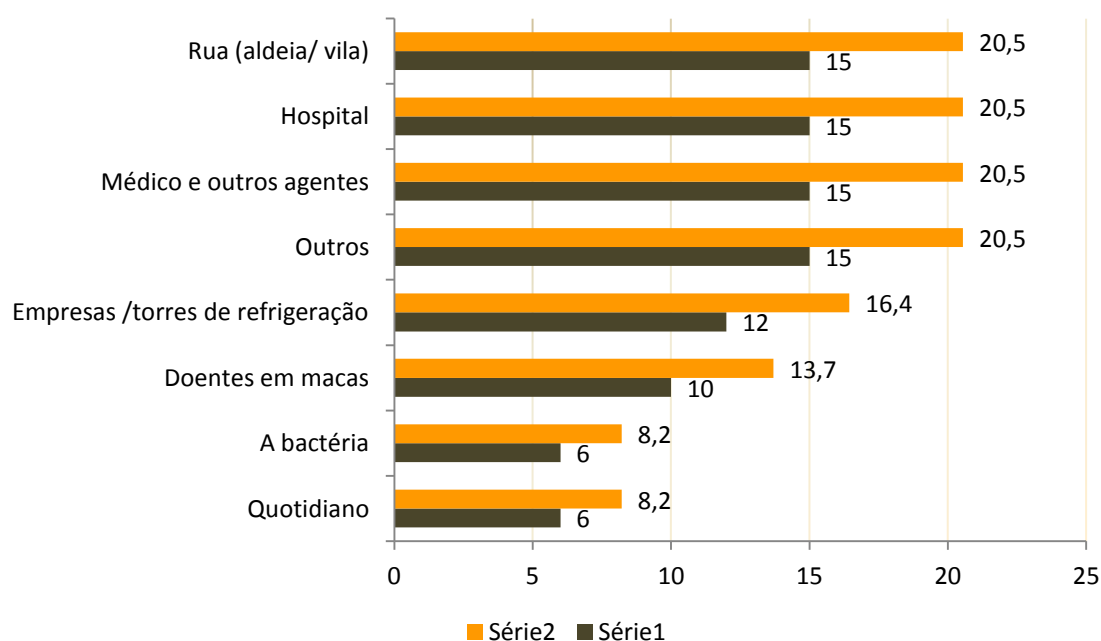


Gráfico 5 – Cenários nas peças

Atentando na máxima de Jon Cracknell (Pereira Rosa, 2012: 361 *apud* Cracknell, 1993), que sugere, ainda que aplicado ao ambientalismo, que as histórias de ambiente são mediagénicas, dado que fornecem boas fotografias e simbologia fácil de compreender, “tal como aves presas numa onda de petróleo ou a silhueta perturbadora de uma central nuclear” (Pereira Rosa, 2012: 361), as imagens são metáforas icónicas de um amplo problema.

A teoria é válida para os temas da sociedade de risco. Ainda segundo Gonçalves Pereira Rosa (2012: 362 *apud* Garcia, 2009c: 269) vivemos numa imagosfera em que “cada catástrofe tem de se revestir, à vez de aspetos únicos, que lhe confirmem autenticidade, e de aspetos contínuos, que lhe permitam inserir-se num processo histórico, gerando ressonâncias na audiência”. No caso do surto de *Legionella*, afixamos que as urgências cheias e as torres de refrigeração das empresas visadas foram as metáforas icónicas da representação jornalística do caso, capazes de subsistir na memória coletiva de quem as consumiu. A juntar a estas imagens, podemos ainda falar das ruas do concelho de Vila Franca de Xira que apareciam regularmente. Aliás, podemos até arriscar que o surto ficou conhecido como sendo o “surto das torres de Vila Franca”. Em televisão, as imagens são variadíssimas, pelo que é impossível determinar todos os *frames* difundidos, optando-se por registar as imagens que permaneciam mais tempo.

Ao contrário da pandemia da Gripe A, “a pandemia das máscaras” para Pereira Rosa (2012:362), o surto de *Legionella* não teve associadas estas imagens, sendo muito raros os casos em que a máscara surgia, e eram apenas em ambiente hospitalar. Na verdade, estranhámos este indício dado a transmissão da bactéria ser feita por via aérea (respiratória), através da inalação de gotículas de água (aerossóis) contaminadas com bactérias, sendo importante referir que não se transmite de pessoa a pessoa, nem pela ingestão de água contaminada. Imagens de pessoas envergando máscaras e protegendo as vias respiratórias da bactéria invisível não foram vistas. Os constrangimentos da televisão apelam ao recurso a imagens palpáveis e representativas de qualquer tema para que a sua atenção pelos *media* não diminua, porque em televisão é difícil expressar numa imagem o conteúdo de um tema tão especializado como o surto de *Legionella*.

No entanto, é de sublinhar a capacidade dos *media* para influenciar as percepções e comportamentos da audiência, ora sugerindo tranquilidade, ora contribuindo para o alarmismo social.

Eu acho que a falta de informação também gera alarmismo. Isso é uma questão de querer olhar, como se costuma dizer, para o copo meio cheio ou para o copo meio vazio. Eu acho que com a informação que fomos dando, as pessoas, por um lado, foram percebendo que era uma coisa localizada e, portanto, que pessoas dos concelhos vizinhos não tinham necessidade de estar alarmadas. Segundo, à medida que se foram descobrindo as coisas, foi-se percebendo o que é que as pessoas também podiam fazer para evitar serem contaminadas pela bactéria. Portanto eu acho que não haver informação causa maior alarmismo do que haver, e acho que a Direção-Geral de Saúde teve aí um papel importante a explicar às pessoas o que é que deviam fazer, o que é não deviam fazer e acho que as pessoas também tinham o cuidado de se informarem, através dos órgãos de comunicação social, sobre o que é que podiam fazer e não podiam e, nesse sentido, eu acho que é positivo haver informação. (Entrevista com Luísa Bastos, chefe de redação da RTP, Anexo II)

As imagens de ambiente hospitalar foram mais frequentes porque foram repetidas imagens de arquivo captadas em hospitais, onde a objetiva da câmara mostrava agentes hospitalares (médicos, enfermeiros e auxiliares), doentes acamados (ainda que a sua identificação não fosse comprometida), fachadas de hospitais e salas de espera. A recolha de imagens dentro do hospital nunca foi permitida durante o período de contaminação da bactéria.

Como reflete Roland Barthes, “uma foto pode ser o objeto de três práticas (ou de três emoções, ou de três intenções): fazer, experimentar, olhar” (Barthes, 2006:17). Neste sentido, tirar uma fotografia é mais uma forma de treinar o nosso olhar sobre a realidade. À semelhança do que fazemos quando redigimos uma peça, em que selecionamos as fontes e o ângulo de abordagem, quando captamos uma imagem também recortamos um pedaço da realidade, selecionamos as personagens, a luz e

criamos um ambiente, agindo como operadores da fragmentaridade (Correia, 2009). O mesmo acontece quando captamos imagens em movimento, e esse é o grande desafio de representar em imagem, pois várias associações semânticas podem ser feitas. A imagem tem de ser entendida no contexto da notícia. O jornalista tem de dar pistas através de legendas e do texto falado para guiar o telespectador (Pereira Rosa, 2012:367 *apud* Christine Geraghty, 2005:47). O efeito que as imagens do surto criam na sociedade tem que ver com a forma como esta olha para os problemas de saúde. As imagens transportam um discurso poderoso sobre o surto e sobre como o combater. Ao utilizar o ambiente hospitalar como cenário das representações sobre o surto de *Legionella*, a RTP deu a entender à audiência a severidade da ameaça, que remete os sujeitos não infetados para camas de hospital, ao mesmo tempo que sugere, através dos agentes hospitalares, que a ciência médica é capaz de lidar com o problema.

Uma das opções tomadas para o *Telejornal*, em oposição ao que foi feito na cobertura noticiosa da Gripe A (Pereira Rosa, 2012:365), foi o uso constante de grafismos, sabendo que a sua elaboração demora tempo para os tornar apelativos. Para a jornalista Luísa Bastos, a eficácia da mensagem passou pelo emprego de outras imagens:

Nós usámos várias infografias com a região, o sítio onde estavam a acontecer as coisas, usámos esquemas para explicar como é que se fazia a cultura da Legionella nos ares condicionados, até para explicar às pessoas como é que isso poderia acontecer. E depois eram imagens das próprias localidades que tinham sido mais afetadas, e do Hospital, de onde não passámos da porta, mas estivemos lá todos os dias à porta do Hospital e foram basicamente essas imagens. Portanto era a porta do Hospital, a porta da fábrica, as empresas, às portas porque nunca entrámos, e eram as localidades, as ruas das localidades.

Efetivamente, o uso de vários tipos de infografias verificou-se como demonstramos no *Gráfico 6* e nas *Figuras 4, 5, 6 e 7*. Na totalidade das peças, apenas em 26 se recorreu a grafismos, sendo os mapas os mais utilizados.

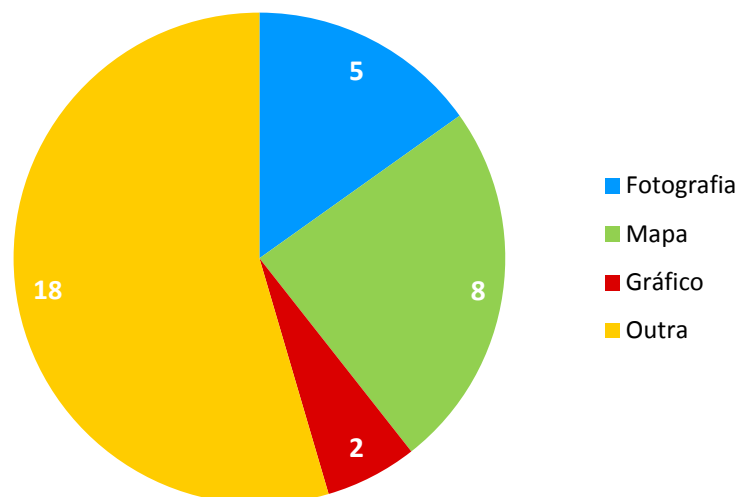


Gráfico 6 – Tipos de infografias usadas nas peças



Figura 4 – Exemplo de fotografia do *Telejornal* de 09.11.2014



Figura 5 – Exemplo de mapas do *Telejornal* de 10.11.2014 e 11.11.2014, respetivamente.

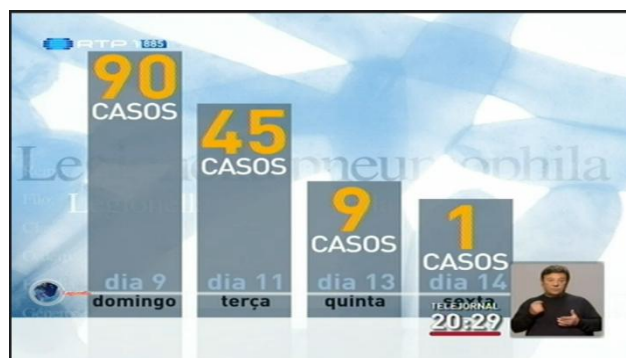


Figura 6 – Exemplo de gráfico do *Telejornal* de 11.11.2014 e de 16.11.2014, respetivamente.

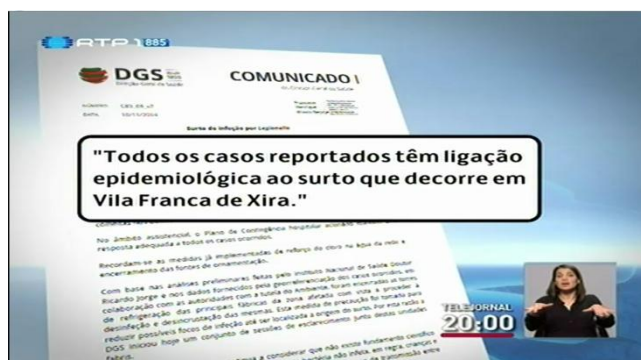


Figura 7 – Exemplo de outro tipo de infografia não definido pelas variáveis do *Telejornal* de 10.11.2014.

CONCLUSÃO

A percepção da existência de um inequívoco interesse mediático pelo surto de *Legionella* foi o ponto de partida para o desenvolvimento desta investigação, com a qual pretendíamos apresentar uma reflexão sobre a percepção social e dos *media* de notícias de eventos considerados de risco.

Como notamos pelos resultados manifestos nos capítulos anteriores, é incontestável que o surto de *Legionella* foi alvo de uma construção social nos meios de comunicação, nomeadamente no *Telejornal* da RTP, e que sobre ele foram construídas narrativas de risco. Incontestável é, também, que este caso é um claro exemplo de transformação de uma ocorrência num acontecimento, edificado em narrativas mediatizadas que o fizeram ultrapassar as barreiras geográfica e cultural.

Destes apontamentos, assentes nos resultados obtidos no estudo empírico, partimos para algumas reflexões que despontam da leitura destes dados no contexto do trabalho de observação teórica que o precedeu, enleadas com propostas de respostas às questões iniciais – não necessariamente pela ordem que foram colocadas - que pautaram o presente trabalho.

Começamos por tentar descortinar a primeira: saber *a priori* o processo futuro da cobertura jornalística de um acontecimento é difícil, na medida em que essa cobertura está dependente de vários fatores.

Temos vindo a desenvolver que a comunicação exerce um papel fundamental para a construção social de um risco. Cada acontecimento da sociedade de risco tem determinadas adversidades, que jogam com o ritmo com que se revelam as suas consequências, o nível de “publicidade” que os seus promotores estão dispostos a dedicar-lhes, o interesse que desperta nas redações e o reflexo cultural que gera na audiência. Tanto mais se verifica pelas próprias circunstâncias inerentes a cada crise com a sua amplificação ou atenuação social nas notícias, tendo em conta a agenda jornalística e a saturação de um evento mediático.

O ritmo de propagação do surto de *Legionella* insere-se nos eventos imprevistos, sem referências históricas recentes. Faz parte do tipo de problemas

associados à sociedade de risco, dado que os riscos não são visíveis durante um vasto período de tempo e apenas são conhecidos depois de interpretados pelos cientistas. São riscos que podem afetar todos os estratos sociais, etários e profissionais.

Neste tipo de acontecimentos, mais íntegro do que os eventos disruptivos, a interação dos campos científico, político e económico com o campo jornalístico alimenta o debate durante um determinado intervalo de tempo, desde que estejam afiançados impulsos consistentes de fontes com poder institucional, que certifiquem as redações do mérito da sua aposta na cobertura jornalística do caso. A importância destes eventos torna-se mais clara quando analisamos o interesse dos *media* pela *Legionella*. A Direção-Geral de Saúde era a fonte oficial do caso, assim como a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que eram quem dava as informações oficiais e faziam os boletins informativos diariamente.

Pensando na noticiabilidade como o “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias”, os valores-notícia são a resposta à pergunta ‘quais os acontecimentos que são suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia? (Wolf, 2009:195). Na lógica do jornalismo, os acontecimentos, verificadas algumas condições, têm potencial para se tornarem notícias. Não há dúvida de que o surto de *Legionella* se aloja nesta lógica, despertando nos *media* funções que tanto podem cortar relações com a normalidade, como podem servir de alerta, através das informações que passam, para uma eventual ameaça à estrutura social, abrindo portas para que os critérios de *news judgement* – como os valores-notícia – sejam cumpridos.

Ainda que os acontecimentos que caracterizam a sociedade de risco, depois de ultrapassarem as barreiras do agendamento mediático, sejam filtrados ao longo de várias fases do ciclo de atenção proposto por Anthony Downs e referido no estudo da literatura, fazem-no a diferentes velocidades.

Posto isto, impõe-se responder à pergunta ‘quais foram, afinal, os critérios que asseguraram o interesse dos *media* pelo surto de *Legionella*?’. Resposta: 1. a **importância e o interesse da notícia**, visíveis no **impacte que o acontecimento teria sobre a nação** e sobre o **interesse nacional** (para ser noticiável, o acontecimento deve

ser significativo), e na **quantidade de pessoas que o acontecimento envolveu** (é atribuída maior importância às notícias que dizem respeito a um elevado número de pessoas envolvidas e, neste exemplo, quanto mais elevado era o número de indivíduos atingidos, maior era a visibilidade e, consequentemente, o seu valor-notícia); 2. **identificação por parte do espetador** (baseado no conhecimento que os jornalistas têm do seu público); 3. **relação entre os *mass media* do panorama informativo** (querer ser o primeiro a noticiar e noticiar porque se espera que os outros meios de comunicação façam o mesmo - a título de curiosidade, a RTP foi o primeiro canal televisivo a dar a notícia, e essa informação foi dada no *Telejornal* de 07.11.2014) (Wolf, 2009: secção 3.4). Em suma, os fatores que intervieram no interesse dos *media* resumem-se a: **visibilidade, significação, continuidade e valores socioculturais**. O assunto tornou-se noticiável não só pelo interesse em noticiar um risco, mas também pelo interesse editorial pela questão e pelo interesse humano (potenciais implicações na saúde).

Em casos desta natureza, em que se preveem danos futuros ainda não concretizados, o estimulante da noticiabilidade é o envolvimento de um grupo restrito de agentes ou instituições, cuja adesão funcione como garantia de objetividade e validação para os jornalistas. Tornou-se evidente, desde logo, a presença da DGS e do Ministro porque falavam às 8 da noite em direto para o *Telejornal*. Ainda assim, como refere a jornalista Luísa Bastos em entrevista,

houve aqui um esforço neste caso de explicação da Direção-Geral de Saúde e do próprio Ministério da Saúde, que também foi importante para que o alarme não se generalizasse e as pessoas não entrassem em pânico. (...) Portanto, e às horas do Telejornal, às 8 da noite, à hora em que as pessoas mais veem televisão havia a preocupação naqueles dias da Direção-Geral de Saúde de dar uma explicação: o que é que se estava a passar, quais eram os dados conhecidos, quais eram os números oficiais e acho que isso também ajudou a que as pessoas percebessem que não estava a ser escondido nada e que as autoridades estavam a procurar dar uma resposta ao que se estava a passar. Porque, para as autoridades, também foi novo. (Anexo II)

Todo este envolvimento pelas entidades acima referidas em acontecimentos diários agendados em função das rotinas dos *media* impulsionou a mediatização do caso aos olhos dos jornalistas: “Digamos que não tinha só um sentido. Nós queríamos informação e contactávamos, e eles próprios marcavam conferências de imprensa para esclarecer a população. (...) Portanto, era um sentido de duas vias, se quisermos.” (Entrevista a Luísa Bastos, Anexo II)

O mesmo grau de envolvimento de fontes foi detetado na análise de Felisbela Lopes à crise da bactéria *E.Coli* em 2011 (Pereira Rosa, 2012:419 *apud* Lopes *et al*, 2012), em que as tomadas de posição da OMS e do Instituto Alemão de Veterinária eram bastante frequentes. Isto quer dizer, portanto, que as narrativas jornalísticas funcionam num campo complexo onde interagem vários atores sociais, cujo envolvimento condiciona a construção jornalística, premissa visível nos resultados apurados na análise efetuada. Conjugados com os valores-notícia já referenciados, o envolvimento de figuras de elite, por assim dizer, no acontecimento fez com que se elevasse o estatuto de matéria noticiável, assim como o número cada vez mais alto de casos e mortes por *Legionella*.

Em suma, várias foram as fontes com elevado capital científico e bem posicionadas na hierarquia de credibilidade que se apropriaram do caso analisado, condicionando em parte a construção do enunciado jornalístico, dada a existência de outras fontes importantes. Ainda que as primeiras respondessem aos constrangimentos dos jornalistas e tenham sido as âncoras utilizadas regularmente (os jornalistas tinham muito em conta a atividade desenvolvida por estas fontes), o barco foi levado a bom porto pela partilha do leme quer dos jornalistas, quer das fontes ditas oficiais, quer pelas fontes locais. Raros foram os momentos em que fontes técnicas (médicos e profissionais de saúde) forneceram informação.

São os jornalistas que tornam o mundo inteligível através de procedimentos como a identificação social, a classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos. A definição dos acontecimentos para a maioria da população é definida pelos *media*, sendo que as interrupções, por exemplo, fecham orientações relativas aos acontecimentos, e a “reabertura” de um acontecimento gera novas orientações. Neste panorama, as vozes estabelecem a ordem, sendo os porta-vozes que delineiam

as notícias e estabelecem a primeira interpretação do assunto, ou seja, estabelecem também o enquadramento do problema.

Apesar da notável evolução do surto, o declínio da cobertura manteve-se durante alguns dias. A *Legionella* continuava a ter potencial para reaparecer mas exigia mais provas científicas. O baixo nível geral de atenção deveu-se, em parte, ao sentimento de que a *Legionella* estava esgotada na sua noticiabilidade. Havia também poucos eventos capazes de sustentar a atenção dos *media*. Os jornalistas empenhados na *Legionella* estavam agora “fora de jogo”.

“Um acontecimento não vence as fases do ciclo de atenção no vazio” (Pereira Rosa, 2012: 435). O exercício de agendamento ocorre retirando das narrativas mediáticas temas presentes no ecrã e que vão saindo gradualmente da agenda devido a outros que reúnem circunstâncias suficientes para criar notícia. Assim como o surto foi suficiente para retirar da agenda outros acontecimentos, também viu o seu interesse mediático reduzido pelo surgimento de novos temas. Para que se continuasse a dedicar alguma atenção à *Legionella*, era preciso que houvesse mortes. Número este que, a partir de um certo momento, não era expressivo de uma situação de crise. O jornalismo, muitas vezes, tende a realçar os elementos extraordinários, dramáticos e trágicos numa estória, de maneira a reforçar a sua credibilidade.

Este caso mostra uma trajetória comum de noticiar situações de risco. Este ponto tem implicações para a “teoria do risco”, para os estudos dos *media* e para debates sobre o modo como as considerações sobre risco devem ser tornadas públicas e publicamente discutidas.

Neste sentido, achamos que faz sentido falar no cumprimento do serviço-público na cobertura do surto de *Legionella*, numa altura em que facilmente esta discussão tem visibilidade. A conceção de uma “informação-serviço”, na ótica de Jaspers (1998), tem por objetivo responder a necessidades sociais ou cívicas: ajudar à ação individual ou coletiva do homem no Mundo, esclarecer as suas opções, ao invés da “informação-produto” que é divulgada em função do seu valor de mercado, pelo seu carácter cativante, atrativo, singular e espetacular. O importante no serviço-público é transmitir uma informação séria e rigorosa, que informe o cidadão sobre os principais temas da atualidade.

A comunicação política reputa os *media* de mediadores fundamentais na construção dos problemas públicos. Por outras palavras, determinam imagens de referência da conflitualidade social que apelam à interferência do poder político. A nosso ver, o papel dos *media* é somente o de informar em detrimento de influenciar, pese embora tenhamos a percepção do impacto que têm na opinião pública. As notícias do *Telejornal* sobre o surto de *Legionella* tanto funcionaram como amplificadoras de um leve pânico moral, como também, em larga medida, procuravam as reais dimensões do surto e mesmo as suas origens.

A cobertura do surto analisada contribui, esperemos, para o reconhecimento da importância dos *media* pelas “teorias do risco”. A pesquisa destaca a relação entre *media* e eventos, documentando práticas e rotinas do jornalismo, e mostra como operam em conjunto na criação mediática de imagens do mundo. O meio de comunicação e o programa em análise fazem parte do processo de definição do risco porque geraram um impacto noticioso e foram procurados pelos decisores públicos. A literatura considera que a avaliação dos riscos vai muito além da contagem numérica dos envolvidos, implicando muito mais do que provas técnico-científicas. As considerações feitas pelas fontes especializadas não devem ser o único meio para avaliar as apresentações dos riscos, pelo que os *media* devem apresentar perspetivas alternativas que introduzam novas questões. O domínio das vozes oficiais não deve ser absoluto e a voz das pessoas comuns deve ser tida em conta, embora algumas vozes sejam mais apelativas e poderosas que outras.

A análise que aqui apresentamos não é a de um modelo ideal de notícias de risco mas, à semelhança de outros estudos, “esperamos que contribua para o debate sobre como as coisas podem ser feitas de modo diferente: com mais conhecimento, de uma forma mais completa, reflexiva, responsável, menos cética e mais aberta” (Kitzinger, 1997/2002:43).

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, R. (2006). *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70.

CISION. (2014). *A viralidade da Legionella nos meios de informação* [online]. [Acedido em novembro de 2014]. Disponível em <http://news.cision.com/pt/cision-portugal/r/a-viralidade-da-legionella-nos-meios-de-informacao,c635520171800000000>.

Código Deontológico dos Jornalistas: Sindicato dos Jornalistas Portugueses, 1993.

CORREIA, M. (2009) *Fotojornalismo – um olhar de repórter*. [online]. [Acedido em fevereiro de 2014]. Disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/5/14.htm>.

CUNHA, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CUNHA, I. F. (s/d). *O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo*. In: Lago, C. e Benetti, M. (2007). Petrópolis: Vozes, pp.168-196.

DIREÇÃO-GERAL DE SAÚDE. (2014). *Surto de infeção por Legionella*. [online]. [Acedido em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.dgs.pt/pesquisa.aspx?v=2f7344c7-2d81-480f-a279-51a2dd9a6a06>.

FONTCUBERTA, Mar de (2010). *A notícia: Pistas para Compreender o Mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

GIROUD, F. (2002). *Profissão Jornalista – Conversas com Martine de Rabaudy*, Lisboa: Editorial Inquérito.

JESPERS, J. J. (1998). *Jornalismo televisivo*. Coimbra: Minerva.

KAPUSCINSKI, R. (2008). *Os cínicos não servem para este ofício – Conversas sobre o Bom Jornalismo*. Lisboa: relógio D'Água.

KASPERSON, R., JHAVERI, N., KASPERSON, J.X. (2004). "Stigma and the Social Amplification of Risk: Toward a Framework of Analysis". *Risk, Media and stigma – Understanding Public Challenges to Modern Science and Technology*. Eaethscan, pp. 9 - 27.

KITZINGER, J. e REILLY, J. (1997/2002). *Ascensão e Queda de Notícias de Risco*. Coimbra: Minerva Coimbra.

KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.

LOPES, F. (1999). *Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios*. [online]. [Acedido em janeiro de 2015]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-servico-publico-tv-crise-1999.pdf>.

MENESES, J. P. (2003). *Para um livro de estilo – tudo o que se passa na TSF*. Porto: Edição Jornal de Notícias.

PEREIRA ROSA, G. (2012). *Os Novos Riscos nas Notícias – A Construção Social do Naufrágio do Prestígio e da Pandemia de Gripe A*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa.

PONTE, C. (2007). “Noticiando Riscos – A intervenção dos *media* na construção de risco(s)” *Revista de Comunicação e Linguagens*, 38, pp. 239-248.

SANTOS, C. A. (2009). *Tornar-se Segunda Geração – O estranho caso do “Arrastão de Carcavelos”*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRA, P. (2006). *Os riscos da comunicação na comunicação de riscos*. [online]. [Acedido em janeiro de 2015]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>.

SILVEIRA, J. F., SHOEMAKER, P. (org.) (2010). *Telejornais em Exame*. Lisboa: Colibri.

TELEJORNAL [online]., 2014. RTP. 07/11/2014 – 21/11/2014. 20 hrs. [Acedido em novembro de 2015]. Disponível em <http://www.rtp.pt/play/p1395/telejornal>.

TEVES, V. H. (2007). *RTP: 50 anos de história*. [online]. [Acedido em janeiro de 2015]. Disponível em <http://ww2.rtp.pt/50anos/50Anos/Livro/>.

TRAQUINA, N. (org.) (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja Editora.

TRAQUINA, N. (org.) (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

WOLF, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

Ilustrações

Figura 1- Amplificação e atenuação do risco, segundo Kasperson e colegas	14
Figura 2 - Notícia de abertura do <i>Telejornal</i> sobre o tema - 07.11.2014.....	18
Figura 3 – A primeira peça do <i>Telejornal</i> de 21.11.2014 sobre o tema	19
Figura 4 – Exemplo de fotografia do <i>Telejornal</i> de 09.11.2014	39
Figura 5 – Exemplo de mapas do <i>Telejornal</i> de 10.11.2014 e 11.11.2014, respetivamente.	39
Figura 6 – Exemplo de gráfico do <i>Telejornal</i> de 11.11.2014 e de 16.11.2014, respetivamente. 40	
Figura 7 – Exemplo de outro tipo de infografia não definido pelas variáveis do <i>Telejornal</i> de 10.11.2014.....	40

Tabelas

Tabela 1 – Tipo de peças/ género jornalístico	27
Tabela 2 – Enquadramento/ Narrativas das peças	34
Tabela 3 – Tipo de argumentação das peças	34
Tabela 4 – Presença percentual do tom nas peças sobre o surto de <i>Legionella</i>	35

Gráficos

Gráfico 1 – Variação diária das peças jornalísticas, dos óbitos e dos casos em Portugal	25
Gráfico 2 – Proeminência das peças no <i>Telejornal</i>	26
Gráfico 3 – Atores nas peças sobre o surto de <i>Legionella</i>	32
Gráfico 4 – Citações presentes nas peças sobre o surto <i>Legionella</i>	33
Gráfico 5 – Cenários nas peças.....	35
Gráfico 6 – Tipos de infografias usadas nas peças	39

ANEXOS

Livro de Códigos da Análise de Conteúdo

Definições conceituais e métodos de codificação para a análise da cobertura jornalística do **surto de *Legionella* de 2014 no Telejornal da RTP**

O *codebook* contém a definição dos indicadores/variáveis e sub-variáveis usadas na monitorização das peças do Telejornal da RTP - Rádio e Televisão de Portugal. Esses indicadores são inscritos em bases de dados com recurso ao programa SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*.

Para efeitos de análise, as variáveis foram agrupadas em três dimensões essenciais: Forma, Conteúdo e Discurso. As variáveis podem ser abertas ou fechadas: as de carácter aberto, como a “data da publicação”, não estão divididas em categorias. As restantes vão estar subdivididas em categorias de resposta, que se excluem umas às outras, e às quais vão ser atribuídos códigos numéricos. Os códigos atribuídos são inscritos nos campos referentes a cada registo (unidade de análise) da base de dados correspondente.

DEFINIÇÃO DE “UNIDADE DE ANÁLISE”

O recurso à análise de conteúdo como instrumento fundamental da pesquisa implica a definição das unidades de análise. Entendemos por unidade de análise todas as peças noticiosas do Telejornal da RTP, de informação e de opinião, que têm ligação direta com o tema “surto de *Legionella*”, independentemente dos géneros jornalísticos usados e referidos neste *codebook*.

**CORPUS DA ANÁLISE DA COBERTURA DO SURTO DE *LEGIONELLA* NO PERÍODO DE 7 A 21
DE NOVEMBRO DE 2014**

O Universo é constituído pelas unidades de análise que se refiram ao surto de *Legionella*.

Em termos cronológicos, o *corpus* é definido pelos períodos que decorrem desde o início do surto em causa - 7 de novembro de 2014 - até à data em que foi declarado como extinto pela Direção-Geral de Saúde - 21 de novembro de 2014. Assim, serão analisados 73 notícias do mês de novembro de 2014 do Telejornal.

O meio a analisar é a RTP1, nomeadamente os conteúdos veiculados no Telejornal, programa informativo de horário nobre.

A análise incide apenas sobre o conteúdo manifesto da unidade de análise, sendo que o codificador não deve fazer uso do conhecimento geral que tem para complementar ou pressupor elementos informativos não referidos explicitamente, isto é, que não estejam veiculados.

São visionados todos os conteúdos transmitidos por este meio diário televisivo, sendo que a pesquisa tem como palavra-chave "*Legionella*". Todas as peças que surgirem no intervalo de tempo atrás referido serão posteriormente analisadas e é sobre elas que vai incidir a codificação. Para tal, o codificador deve seguir os passos que a seguir se apresentam, com vista a iniciar o trabalho de aplicação das variáveis.

I. VARIÁVEIS DA FORMA

Por caracterização entende-se o conjunto de indicadores que permitem identificar e caracterizar a unidade de análise em estudo, bem como o meio em que esta se encontra inserida.

1. Código Identificador (ID)

Definição Concetual: Esta variável refere-se ao número de identificação da respetiva unidade de análise - peça noticiosa.

Método de Codificação: São inseridos números aplicados a cada uma das unidades básicas. A atribuição do número de identificação será feita de acordo com a ordem de recolha das peças para a constituição do *corpus*: considerando o alinhamento do *Telejornal*, serão contabilizadas cronologicamente.

2. Data

Definição Concetual: Esta variável identifica a data completa correspondente à publicação da unidade de análise. Atente-se para o facto de o *Telejornal* ser um conteúdo informativo diário.

Método de Codificação: O formato da data a inserir pelo codificador segue a seguinte ordem: dia (dois dígitos), mês (dois dígitos) e ano (quatro dígitos). A referência da data não é mutuamente exclusiva, podendo ser analisadas várias unidades de análise com a mesma data de publicação.

3. Título da peça - oráculo

Definição Concetual: Esta variável consiste na identificação do título dado à peça noticiosa, apresentado no ecrã da televisão. É a legenda ou frase curta que aparece na parte inferior do ecrã durante a emissão de cada unidade de análise. No caso de existirem mais do que um oráculo, só o primeiro deve ser identificado.

Método de Codificação: São inseridos os títulos que acompanham as peças do *Telejornal*. Esta variável é aberta, cabendo ao codificador a transcrição *ipsis verbis* do título principal da unidade de análise.

4. Volume

Definição concetual: Esta variável identifica a extensão da peça no *Telejornal*.

Método de codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação. As categorias são mutuamente exclusivas.

1 - Menos de 1'45''

2 - 1'45'' – 2'45''

3 - 2'45'' – 4'45''

4 - Outros

5. Proeminência

Definição Concetual: Esta variável identifica a localização da unidade de análise (peça) no alinhamento do *Telejornal*.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação, sendo as categorias mutuamente exclusivas.

1 - Promo Inicial

2 - Abertura

3 - Promo Destaques Noite Informativa RTP Informação

4 - Outra

<i>Tipologias da Proeminência</i>	
<i>Promo Inicial</i>	Codificação que serve para identificar unidades de análise que se encontram antes do início do <i>Telejornal</i> e que funcionam como <i>teaser</i> para a notícia.
<i>Abertura</i>	Primeira notícia veicula pelo meio no programa de informação específico – <i>Telejornal</i> .
<i>Promo Destaques Noite Informativa RTP Informação</i>	Codificação que serve para identificar unidades de análise que se encontram ao longo do <i>Telejornal</i> e que funcionam como chamadas para outros conteúdos informativos dentro de outros programas televisivos.

6. Género jornalístico da peça

Definição Concetual: Identificação do modelo ou registo discursivo dominante utilizado pelo jornalista na construção da unidade de análise. O codificador deve ser

conhecedor das principais características dos textos jornalísticos, de forma a identificá-los no momento da codificação.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um código. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - *Off*
- 2 - Direto
- 3 - Entrevista em estúdio
- 4 - Reportagem
- 5 - *Off boca*
- 6 – Outro

Tipologias de Géneros Jornalísticos	
<i>Off</i>	Codificação que serve para identificar unidades de análise em que a única voz que se ouve é a do pivot (jornalista que apresenta o <i>Telejornal</i>). Normalmente, a imagem do pivot, que começa por dar a notícia, aparece primeiro no ecrã, seguida de imagens referentes ao acontecimento. A voz sobrepõe-se às imagens.
<i>Direto</i>	Quando o jornalista que está no local dos acontecimentos aparece no ecrã a relatar os factos. Normalmente, a emissão passa do pivot para o jornalista e vice-versa.
<i>Entrevista em estúdio</i>	Enquanto género jornalístico autonomizado, configura uma situação comunicacional específica, caracterizada pela interação dialógica entre dois protagonistas claramente identificados: o entrevistador (quem questiona) e o entrevistado (quem dá as respostas).
<i>Reportagem</i>	
<i>Off boca</i>	Codificação que serve para identificar unidades de análise em que o pivot introduz uma passagem de uma entrevista a um determinado ator. Normalmente, a imagem do pivot, que começa por dar a notícia, aparece primeiro no ecrã, seguida de imagens desse mesmo ator a responder. Funciona como uma citação.

7. Assinatura/ Jornalista

Definição Concetual: Esta variável identifica o(a) autor(a) da unidade de análise em causa, caso a peça noticiosa se encontre assinada.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - Jornalista com Título Provisório de Estagiário
- 2 - Jornalista com Carteira Profissional
- 3 - Não assinada

8. Iconografia/ Infografia

Definição Concetual: Esta variável identifica o recurso a elementos gráficos na apresentação de informação da unidade de análise, quer se trate de fotografias ou de informações visuais de outro tipo (mapas ou gráficos).

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação. Cada peça poderá ter mais do que um tipo de infografia até um máximo de dois.

- 1 - Fotografia
- 2 - Mapa
- 3 - Gráfico
- 4 - Não contém infografia
- 5 - Outra

9. Conotação das imagens como “metáforas da ameaça”

Definição Concetual: Esta variável identifica a função das imagens escolhidas para “pintar” a unidade de análise, tendo em conta o tema.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - Reforço
- 2 - Atenuamento
- 3 - Contrariedade

10. Cenário - Descrição das imagens

Definição Concetual: Esta variável pretende uma descrição das imagens usadas na unidade de análise.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação. Podem ser identificados até dois cenários.

- 1 - Doentes em macas
- 2 - Médicos e outros agentes
- 3 - A bactéria
- 4 - Medicamentos
- 5 - Tratamentos
- 6 - Rua (aldeia/ vila)
- 7 - Hospital
- 8 - Quotidiano
- 9 - Empresas/ torres de refrigeração
- 10 - Outros

11. Observações

Definição Concetual: Variável aberta. Descreve, sucintamente, determinadas especificidades da unidade de análise, que não se enquadrem noutras variáveis.

Método de Codificação: A variável só é preenchida caso o codificador entenda haver questões importantes que devem ser mencionadas na posterior discussão dos resultados. A variável fica em branco quando não há nada mais a acrescentar.

II. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO

Por tratamento e modalidades de mediatização, entende-se o conjunto de técnicas e estratégias, decididas e concretizadas por jornalistas e responsáveis editoriais, tendo como objetivo final a produção da informação. Inclui processos de pesquisa, confirmação, seleção, hierarquização e apresentação da informação. Segundo Cunha (2012:85), as variáveis de conteúdo incidem sobre a cobertura, visando o tratamento específico da informação.

12. Localização Geográfica/ Geografia da crise

Definição Concetual: Especificação do local sobre o qual incide o enfoque dominante da peça.

Método de Codificação: O codificador seleciona o código da localidade. A cada categoria corresponde um código, de acordo com as categorias listadas abaixo. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - Vila Franca de Xira
- 2 - Vialonga
- 3 – Póvoa S^{ta} Iria e Forte da Casa
- 4 - Porto
- 5 - Castelo Branco
- 6 - Faro
- 7 - DGS
- 8 - Empresas (ADP Fertilizantes)
- 9 - Outro local
- 10 - Outro país

13. Atores identificados

Definição Concetual: Identifica os *atores* representados/identificados na unidade informativa analisada. O protagonista é o ator mais visível na peça jornalística, aquele que merece atenção através de menções à sua pessoa ou de citações suas. Responde à questão “De quem se fala?”.

Método de Codificação: É codificado sempre que seja feita uma referência (através de imagem ou discurso) a um interveniente, sendo que cada peça poderá ter mais do que um. O que distingue o respetivo grau de importância é a centralidade do ator como objeto de notícia. Em caso de dúvida privilegia-se os atores ativos, que falam. A cada variável corresponde um código de acordo com a lista abaixo indicada. Cada peça poderá ter mais do que um interveniente até um máximo de dois.

NOTA: só se codifica se existir verdadeiramente um ator, ou seja, “quem fala?” ou “de quem se fala?”

- 1 - Estado

- 2 - Governo
- 3 - Poder local
- 4 - Instituições de Saúde Nacionais
- 5 - Instituições de Saúde Internacionais
- 6 - Proteção Civil
- 7 - Outras entidades públicas
- 8 - Povoação
- 9 - Utente
- 10 - Doente
- 11 - Empresas e trabalhadores
- 12 - Técnico de Qualidade de Ar interior - Nuno Parreira
- 13 - Sindicatos
- 14 - Sistema Judicial
- 15 - ONG
- 16 - Outros atores políticos nacionais

Tipologias do(s) ator(es) identificado(s)	
Estado	Presidente da República - Cavaco Silva
Governo	Ministro da Saúde - Paulo Macedo; Ministro do Ambiente - Jorge Moreira da Silva; Primeiro-Ministro - Pedro Passos Coelho
Poder local	Autarquias + freguesias: Vice-presidente da Câmara de Vila Franca de Xira - Fernando Paulo Ferreira; Presidente Câmara Municipal Vila Franca de Xira - Alberto Mesquita; Presidente da Junta de Vila Franca de Xira; Presidente Junta Freguesia Vialonga - José Gomes; Presidente Junta Freguesia Póvoa Santa Iria e Forte da Casa - Jorge Ribeiro
Instituições de Saúde Nacionais	Diretor Clínico Hospital Vila Franca de Xira; Diretor-Geral de Saúde - Francisco George; Delegado Regional de Saúde e do Vale do Tejo - António Tavares; Microbiologista - Consultora DGS - Teresa Marques; Conselho Administração ULS Castelo Branco - Vieira Pires; Médica Figueira da Foz; Diretor Pneumologia Centro Hospitalar S. João - Agostinho Marques; Comissão Controlo Infecção Hospitalar Santo António - Carlos Vasconcelos; Diretor UCI Hospital Amato Lusitano - João Gabriel; Secretário de Estado da Saúde - Manuel Teixeira; Presidente Instituto Ricardo Jorge - Fernando Almeida
Instituições de Saúde Internacionais	Porta-voz OMS - Christian Lindmeier

Proteção Civil	Comandante Bombeiros Voluntários Póvoa Santa Iria - António Carvalho; Comandante Bombeiros Vialonga - Luís Rodrigues
Outras entidades públicas	IPMA - Pedro Viterbo; Inspetor-geral do Ambiente - Nuno Banta
Povoação	Habitantes das zonas infetadas
Utente	Utente dos serviços hospitalares; pessoa não infetada pela bactéria
Doente	Pessoa infetada com a bactéria
Empresas e trabalhadores	Porta-voz Solvay - Mário Branco; Administrador ADP Fertilizantes - João Amaral Cabral; Trabalhador ADP
Sindicatos	Delegado Sindical - Rogério Silva; Presidente Sindicato dos Enfermeiros - José Carlos Martins
Sistema Judicial	Procuradoria-Geral da República; Advogada Direito Ambiental - Ivone Rocha
ONG	Organizações não-governamentais - QUERCUS - Francisco Ferreira
Outros atores políticos nacionais	Secretário de Estado da Saúde - Manuel Teixeira

14. Temática dominante da peça

Definição Concetual: A variável procura identificar o principal assunto da notícia, tendo como base o acontecimento que motivou a construção da mesma. Este indicador identifica o *tema* principal desenvolvido na unidade de análise.

Método de Codificação: A cada variável corresponde um código que o codificador assinala para cada nível de identificação temática da peça, de acordo com as categorias listadas abaixo.

- 1 - Surto *Legionella* (epidemiologia do vírus; severidade; causas; história; disseminação global da bactéria)
- 2 - Surto *Legionella*, casos e mortes (balanço)
- 3 - Surto *Legionella* e crime (com identificação de culpados)
- 4 - Surto *Legionella* e saúde pública
- 5 - Surto *Legionella* e prevenção
- 6 - Surto *Legionella* e impactes (na economia e no quotidiano)
- 7 - Outra

15. Grau de desenvolvimento da temática dominante do artigo

Definição Concetual: Com esta variável pretende-se definir o grau de desenvolvimento ou elaboração a que o tema ou assunto dominante é sujeito por parte do operador ou interveniente da notícia.

Método de Codificação: A variável é composta pelas categorias listadas abaixo. A cada categoria corresponde um número de codificação

- 1 - Superficial (a referência ao tema é pontual, limitado a uma ideia)
- 2 - Desenvolvido (na peça são expostas várias ideias acerca do tema)
- 3 - Muito desenvolvido (a peça dedica a maior parte do tempo ao tema)

III. VARIÁVEIS DE DISCURSO

As variáveis do discurso referem-se aos princípios das análises textuais – análise do discurso, análise crítica do discurso, análise semiótica, etc. – e facilitam a codificação de informações mais ocultas no discurso mediático (Cunha, 2012: 87-100). No caso em análise, estas variáveis vão permitir obter informações relativas ao grupo dos atores sociais ligados ao surto de *Legionella*.

16. Tipo de Enquadramento/Narrativa

Definição concetual: Esta variável avalia o *tipo dominante de enquadramento* presente na unidade de análise. Leva em consideração o estilo discursivo característico de diferentes tipos de narrativas utilizado pelo autor da peça noticiosa.

Método de codificação: A cada variável corresponde um código, conforme se encontra na lista abaixo. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - Alegórico
- 2 - Dramático
- 3 - Épico
- 4 - Irónico
- 5 - Moral
- 6 - Policial

7 - Factual

8 - Outra

17. Tom

Definição Concetual: Identifica o tom, avaliando o *tipo dominante de representação* do surto de *Legionella* na peça analisada, nomeadamente no que diz respeito ao protagonista.

Método de Codificação: O codificador assinala o *tom* dominante do artigo, tendo em consideração a nota explicativa abaixo. O codificador tenta perceber se o somatório do discurso jornalístico é mais *positivo/neutro* ou *negativo* face à representação do protagonista. A cada variável corresponde um código. As categorias são mutuamente exclusivas.

1 - Positivo

2 - Negativo

3 - Neutro

NOTA:

Codifica-se com tom positivo (1): Quando, no contexto em que surge, o *protagonista* é essencialmente associado a situações de sucesso, resolução de problemas, apresentação de propostas ou ideias, etc.

Codifica-se com tom negativo (2): Quando o *protagonista* é essencialmente associado a situações de insucesso, quebra de compromissos, crimes, casos de justiça, envolvimento em situações polémicas, alvo de crítica, etc.

Codifica-se com tom equilibrado ou neutro (3): Quando o *protagonista* é associado a situações em que as valorações positivas (sucesso, resolução de problemas, apresentação de propostas ou ideias) e negativas (insucesso, quebra de compromissos, envolvimento em situações polémicas, alvo de crítica) se equilibram ou são inexistentes.

18. Tipo de Argumentação

Definição concetual: Esta variável avalia o *tipo dominante de argumentação* presente na unidade de análise. Tem em consideração o ângulo de abordagem do tema utilizado pelo autor da peça para dar conta da história.

Método de codificação: A cada variável corresponde um código, conforme se encontra listado abaixo. As categorias são mutuamente exclusivas.

- 1 - Política
- 2 - Judicial
- 3 - Económica
- 4 - Social
- 5 - Assertiva
- 6 - Outra

19. Citações (Vozes 1, 2 e 3)

Definição concetual: Identifica as *vozes* que literalmente falam e/ou são citadas na peça. Identificam-se apenas os autores das citações quando estas são claramente identificadas através da utilização de aspas. Podem ser identificadas até três vozes.

Método de codificação: O codificador identifica o autor da citação de acordo com a lista de códigos indicada em baixo. (O codificador tem em atenção a descrição das categorias identificadas na variável 13).

- 1 - Estado
- 2 - Governo
- 3 - Poder local
- 4 - Instituições de Saúde Nacionais
- 5 - Instituições de Saúde Internacionais
- 6 - Proteção Civil
- 7 - Outras entidades públicas
- 8 - Povoação
- 9 - Utente
- 10 - Doente

- 11 - Empresas e trabalhadores
- 12 - Técnico de Qualidade de Ar interior
- 13 - Sindicatos
- 14 - Sistema Judicial
- 15 - ONG
- 16 - Outros atores políticos nacionais
- 17 - Não existem citações

ANEXO II

Entrevista com a Jornalista Luísa Bastos, Chefe de redação RTP

Como foi o primeiro contacto com o caso do surto de *Legionella*, como é que vos chegou a notícia?

Chegou-nos através de uma colega nossa residente na zona que, em contacto com os serviços de saúde, percebeu que havia uma afluência grande e começaram a correr, pelo que sei, boatos lá na zona de que havia um problema de contaminação da água. Nós recebemos a chamada e ao mesmo tempo mandámos uma equipa para lá. Começámos a investigar com vários contactos para a Câmara Municipal, para a Direção-Geral de Saúde. Nesse mesmo dia tivemos confirmação da DGS que havia de facto um problema. Mas fizemos tudo ao mesmo tempo, tanto foi uma pessoa para lá com meios de direto, ao mesmo tempo que na redação várias pessoas começaram a fazer telefonemas e conseguimos checar rapidamente que havia um problema. Não se sabia exatamente os contornos, mas percebíamos que havia um problema relacionado aparentemente com a água, um problema de *Legionella*. Nesse mesmo dia abrimos o Telejornal com isso.

Tinham noção do que poderia vir a acontecer?

Não. Havia notícia de muita afluência nos hospitais. Eu acho que nessa... a memória que eu tenho, mas é uma questão de ver no alinhamento, é que ainda não havia mortes nesse mesmo dia. Havia muita gente. Não tenho a certeza absoluta, checando no alinhamento dá para ver se a notícia... mas não, acho que nessa altura era cento e tal casos de pessoas que tinham ido parar às urgências por suspeita de *Legionella*. Acho que era essa a estória.

Como é que se percebe a dimensão do problema e o potencial que tem?

Desde logo, e foi isso que nos fez abrir o noticiário com isso, era um problema na água da rede pública. Sabendo nós que é um problema na água da rede pública nunca são 10 ou 15 pessoas que são afetadas, porque isso abrange muitas casas. Mesmo que fosse um problema localizado, era desde logo um problema com uma abrangência grande, se o problema viesse na água da rede pública como se suspeitou no início. E, portanto, logo aí percebia-se que a dimensão ia ser grande e ia afetar muita gente, até pelo alarme social que isso causa, porque a pessoa sabe que supostamente a água da rede pública que chega a sua casa pode ter um efeito contaminador, logo aí, só isso justifica que se esclareça o que se está a passar. Havia uma sobrelotação do Hospital de Vila Franca que já estava também a causar problemas. Portanto isso era suficiente para avançarmos com a estória.

Como se organiza uma redação quando chega a notícia de um acontecimento inesperado como este? Destaca-se um jornalista, destaca-se um grupo ou diariamente vai-se gerindo?

Numa primeira fase, o que nós fizemos foi destacar quem estava livre. Numa situação destas em que temos de dar uma resposta imediata destaca-se quem está livre e todas as pessoas que estão livres ficam com esse assunto. Ou seja, avançámos logo com uma equipa para o local, que era um jornalista que estava na altura aqui e que podia ir, e os que estavam livres na redação começaram ao telefone a tentar perceber a estória, porque isto é um trabalho de equipa, neste caso não há... Quem está livre e pode pegar num telefone, pega num telefone e ajuda e não há editorias nessas alturas. Nos dias subsequentes já se procurou que a resposta fosse mais articulada no sentido de determinar meia dúzia de pessoas que na redação acompanharam permanentemente esse caso. Eram mais ou menos os mesmos para que também estivessem por dentro do assunto, para que não cheguem de novo ao assunto e saibam o que é que se está a passar, o que é que já se deu, quais são os elementos novos. E portanto procurou-se definir, digamos assim, uma *task force* que nos dias subsequentes foram tratando desse assunto em concreto.

E no terreno como é que o jornalista gere o trabalho, como é que vai sabendo informações e como é organiza o trabalho ao chegar à zona do acidente?

Desde logo pelos contactos que faz no próprio terreno com a Câmara Municipal, com as autoridades locais, neste caso também com o Hospital e com os centros de saúde, mas os contactos também que faz lá. E depois havia fontes oficiais. A Direção-Geral de Saúde era a fonte oficial do caso, a Câmara Municipal também, que eram aqueles que davam as informações oficiais e que iam fazendo os boletins durante os dias todos. À parte disso, há o vizinho que conhece alguém, há a senhora com quem se fala à saída do Hospital. Portanto também há contactos locais que os jornalistas no terreno também procuram fazer para descobrir informação.

A *Legionella* tornou-se tema de abertura dos Telejornais ao mesmo tempo que o alarme também ia crescendo. Que fatores vos levaram a considerar este tema como um tema a tratar?

Desde logo porque era um fenómeno anormal. Nós já tivemos alguns casos de *Legionella* mas nunca com a dimensão deste que, aliás, se tornou no terceiro surto mundial e o segundo em termos de mortes, o segundo ou mesmo o primeiro em termos de mortes. Nos dias subsequentes, quando começou a haver a notícia de mortes de pessoas, percebeu-se que, primeiro nem se sabia muito bem, aliás, não se soube durante muito tempo a fonte. Logo aí, não se saber a fonte de contaminação, leva a que tudo seja suspeito e portanto nesses dias tudo era suspeito. Era a água, era o ar, era a fábrica, enfim. Havia uma suspeição para saber de onde é que vinha, logo aí era notícia. Depois, todos os dias havia mais gente a morrer e portanto tornou-se, embora se tenha percebido desde logo que era uma coisa localizada na região, tornou-se um fenómeno que era novo, estava a levar à morte várias pessoas e que naquela altura ainda era inexplicável. E enquanto fosse inexplicável de facto tinha um valor-notícia muito grande pela novidade e pelo facto de ninguém saber o que é que se estava realmente a passar.

Voltando às fontes. As fontes oficiais esforçavam-se por gerir, digamos assim, esta crise? Sentiste que as fontes oficiais se esforçavam, desde o início, por coordenar as operações e a gestão da crise? Eram eles que passavam informação, eram eles que controlavam o que saía?

Não eram eles que controlavam o que saía porque também havia fontes locais. Mas acho que houve aqui um esforço neste caso de explicação da Direção-Geral de Saúde e do próprio Ministério da Saúde, que também foi importante para que o alarme não se generalizasse e as pessoas não entrassem em pânico. Porque como era tudo novo houve logo a preocupação de no dia a seguir, no sábado, de haver uma conferência de imprensa. Na própria sexta-feira houve uma conferência de imprensa da Direção-Geral de Saúde mas não pelo Diretor, foi uma segunda pessoa que falou mesmo nesse dia que nós fomos ouvir em direto para o *Telejornal*. Depois, no sábado, já foi o próprio Diretor-Geral. Portanto a coisa já aumentou de nível e, salvo erro, no domingo já era o Ministro. Portanto, e às horas do *Telejornal*, às 8 da noite, à hora em que as pessoas mais veem televisão havia a preocupação naqueles dias da Direção-Geral de Saúde de dar uma explicação: o que é que se estava a passar, quais eram os dados conhecidos, quais eram os números oficiais e acho que isso também ajudou a que as pessoas percebessem que não estava a ser escondido nada e que as autoridades estavam a procurar dar uma resposta ao que se estava a passar. Porque também, para as autoridades, também foi novo.

Mas como é que articulavam esse contacto? Eram vocês que iam à procura ou eram eles que estavam disponíveis para. Como lidavam com os produtores de informação – com a DGS e outras fontes?

No primeiro dia fomos nós que contactámos a Direção-Geral de Saúde. Nos dias subsequentes, eu acho que era um misto de: éramos nós todo o dia a ligar para a DGS e a própria DGS a marcar conferências de imprensa. Digamos que não tinha só um sentido. Nós queríamos informação e contactávamos, e eles próprios marcavam conferências de imprensa para esclarecer a população, e normalmente eram às 8 da noite. Portanto, era um sentido de duas vias, se quisermos.

Era atribuída a mesma importância às fontes?

Desde logo havia um destaque para a DGS e para o Ministro porque falavam às 8 da noite em direto. Logo aí, quer dizer, o destaque era maior pelo simples facto que a conferência de imprensa era às 8 da noite e portanto... Eu lembro-me que sábado ou no domingo, nos primeiros dias, chegou a haver conferências de imprensa de dez minutos e mais que nós transmitimos na íntegra em direto, porque não se sabia o que é que iria ser a informação a seguir, o que é que eles tinham de novo para dizer. Era a estória no topo da atualidade e portanto tinha mais destaque desde logo por isso, porque era em direto e era às 8 da noite. Era sem filtro, era em direto, não havia filtro.

Deviam ter escutado mais vozes noutros campos?

Não, porque isso não vivia isolado. Ou seja, a par dessas transmissões em direto, nós tínhamos todos os dias reportagens feitas no local. E portanto também havia esse trabalho da nossa parte com os vizinhos, com os familiares de pessoas que estavam doentes e, portanto, também havia esse outro lado, não era só, não nos limitávamos só à conferência das 8 da noite, tínhamos reportagens que fazíamos nos locais.

Os jornalistas precisam e pedem números e gráficos para contextualizar a informação, para lhe dar rigor. A cobertura nos primeiros dias foi alimentada talvez pelo desconhecimento, anunciavam os novos casos. Que números eram importantes naqueles dias?

Desde logo o número de infetados, que todos os dias aumentava substancialmente e depois também, claro, o número de mortes. No fundo a tragédia mede-se por aí.

O acompanhamento começou por anunciar os novos casos e depois procurou-se encontrar os culpados. Seguiram a ordem natural dos acontecimentos?

Do que eu me lembro, eu acho que nos primeiros dias fez-se logo notícia também dos suspeitos, porque começou a aparecer a suspeição para uma fábrica em concreto no local e desde logo que se fez reportagens também com isso. Do que eu me lembro

também havia isso. Desde logo se procurou saber se era a, aliás, na própria sexta-feira houve logo um comunicado, salvo erro da Câmara Municipal, a dizer que não era na água, ou dos serviços municipalizados. Houve logo um contacto a dizer que não era da água. Depois, no dia a seguir, a suspeita da água voltou, depois começou a aparecer a da fábrica. Ou seja, o número de mortos e o número de infetados era, digamos assim, o resultado do surto mas, ao mesmo tempo, tentou-se descobrir a causa desde o início. Penso que foi uma coisa paralela, digamos assim.

Relativamente aos óbitos, a RTP optou diariamente por indicar se existiam ou não. Porque indicavam esse número? Não fazia crescer o alarmismo social?

Eu acho que a falta de informação também gera alarmismo. Isso é uma questão de querer olhar, como se costuma dizer, para o copo meio cheio ou para o copo meio vazio. Eu acho que com a informação que fomos dando, as pessoas, por um lado, foram percebendo que era uma coisa localizada e, portanto, que pessoas dos concelhos vizinhos não tinham necessidade de estar alarmadas. Segundo, à medida que se foram descobrindo as coisas, foi-se percebendo o que é que as pessoas também podiam fazer para evitar serem contaminadas pela bactéria. Portanto eu acho que não haver informação causa maior alarmismo do que haver, e acho que a Direção-Geral de Saúde teve aí um papel importante a explicar às pessoas o que é que deviam fazer, o que é não deviam fazer e acho que as pessoas também tinham o cuidado de se informarem, através dos órgãos de comunicação social, sobre o que é que podiam fazer e não podiam e, nesse sentido, eu acho que é positivo haver informação.

A *Legionella* foi perdendo terreno. Deixou de ser notícia de abertura no dia 13 de novembro e nos dias 18, 19 e 20 não houve sequer uma notícia.

Qual foi a notícia de abertura no dia 13?

No dia 13 foi o caso dos *vistos gold*... Deixou de haver notícias nos dias 18, 19 e 20 e depois, no dia 21, quando o surto foi dado como extinto, novamente surgiram notícias. Continuavam a morrer pessoas e o número de casos continuava a

aumentar. Que fatores vos levaram, e agora faço a pergunta inversa, a desconsiderar o surto como notícia?

Bom, a primeira notícia foi dia 7, deixou de ser notícia de abertura dia 13 teve muitos dias a ser notícia de abertura, não é? Ou seja, nenhuma notícia vive para sempre. À medida que se percebeu, à medida que os números de infetados foram decaindo, ou seja, já não cresciam exponencialmente dia-a-dia, à medida que o número de mortes também estabilizou percebeu-se que o surto estava mais ou menos controlado. Depois o que havia a fazer era descobrir as causas do surto, mas aí são as autoridades oficiais que têm um papel, não é o jornalista que vai fazer a análise aos ares condicionados das diferentes fábricas, e aí há que esperar pelas autoridades. E deixou de ser notícia por um valor-notícia maior, que foi o caso *vistos gold* que acabou por ter detenções ao mais alto nível na estrutura do Estado - que é uma coisa também que não estávamos muito habituados - por corrupção que levou à queda de um Ministro, portanto era, digamos assim, a partir do momento em que estamos 7 dias ou mais com uma notícia de abertura e entretanto surge outra que tem um valor-notícia também muito importante é natural que, não havendo..., a notícia não deve ter caído completamente, ou seja deve ter sido noticiada mais para o meio do jornal. Ou seja, a notícia não caiu completamente mas perdeu, digamos assim, importância ou relevância face a um outro acontecimento que acabou por se tornar também muito importante.

Um critério para o abandono do tema foi ter atingido um ponto de saturação face à informação disponível?

Sim, isso também contribuiu. Ou seja, a certa altura se o que nós temos para dizer de novo não é nada de novo, torna-se redundante. Não vamos abrir o Telejornal a dizer “boa-noite” para dizer o que já dissemos ontem. Quando abrimos o Telejornal temos que dar uma informação nova. A certa altura lembro-me que o que havia de novo para dizer era o número que tinha aumentado um ou dois ou diminuído um ou dois, e isso tinha uma relevância menor.

Relativamente às imagens que usavam nas peças. Tinham doentes, macas, não se notava as caras das pessoas...

Nós não tivemos sequer autorização para entrar no Hospital.

Não eram imagens da altura...

Não me recordo das imagens mas nunca tivemos autorização para entrar no Hospital.

E não eram imagens de arquivo?

Não me recordo. Mas que tipo de imagens?

Agentes hospitalares, pessoas vestidas com a farda do Hospital, via-se às vezes uma pessoa deitada numa maca...

Do que eu me lembro, só houve meia dúzia de imagens dessas e foi na altura em que o Ministro da Saúde foi ao Hospital visitar os doentes infetados. De imagens do interior do Hospital de vila Franca de Xira são essas as únicas que eu me recordo e foram feitas pela Lusa TV, que foi a única que foi autorizada a acompanhar a visita do Ministro, e libertadas depois para as outras televisões. Foi nessa ocasião precisa da visita do Ministro da Saúde e, do que eu me lembro, os doentes não eram filmados de frente, eram filmados de costas, ou as mãos, não houve desse ponto de vista... Nestes dias só falou quem quis falar, ou seja, familiares que quiseram falar de pessoas que estavam infetadas ou pessoas que entretanto tiveram alta.

Quais são as melhores imagens para mostrar o que estava a ser o surto da *Legionella*?

Bom, nós usámos várias infografias com a região, o sítio onde estavam a acontecer as coisas, usámos esquemas para explicar como é que se fazia a cultura da *Legionella* nos ares condicionados, até para explicar às pessoas como é que isso poderia acontecer. E depois eram imagens das próprias localidades que tinham sido mais afetadas, e do

Hospital, de onde não passámos da porta, mas estivemos lá todos os dias à porta do Hospital e foram basicamente essas imagens. Portanto era a porta do Hospital, a porta da fábrica, as empresas, às portas porque nunca entrámos, e eram as localidades, as ruas das localidades.

Há algum tipo de preparação, e falo de outros surtos e pandemias anteriores, que vos ajudam a preparar o acompanhamento de um surto? Antes tinham noticiado o vírus ébola, por exemplo. Deu-vos algum tipo de preparação para noticiar...

Não, eu acho que a partir do momento em que surgem notícias de *Legionella*, nós procurámos ler tudo a respeito de. E portanto é uma preparação que se faz na altura. Nenhum de nós tem formação de como tratar uma epidemia. O que a gente procura fazer é, desde logo, contactar as autoridades para tentar perceber, ou especialistas na matéria, cientistas, que nos informem o que é que pode estar em causa e ler tudo a respeito de. E a partir daí explicar às pessoas. Aqui não há, não temos nenhum especialista em *Legionella* na redação, temos vários...

Mas têm especialistas nestes temas de ciência, saúde...

Sim. O que a gente faz é contactar especialistas que trabalham nas universidades com isso, procuramo-nos informar logo quem é que nos pode dizer tudo sobre *Legionella*, e quem é que em Portugal mais tem estudado sobre isso, se a DGS pode ajudar nesse sentido, e portanto Francisco George foi nessa altura um homem que tentou explicar o que é que se estava a passar, como é que se processava o contágio, enfim. E portanto é ouvindo especialistas. Nós somos, digamos assim, os intermediários, não somos nós próprios especialistas, somos intermediários entre a linguagem de especialista e a pessoa que quer saber, digamos assim.